



**O acesso das mulheres ao estudo da Contabilidade:
comparação entre o caso britânico e o caso português**

Carina Valéria Ferreira Vilela

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Contabilidade e Finanças

Porto – 2015

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO INSTITUTO
POLITÉCNICO DO PORTO**



**O acesso das mulheres ao estudo da Contabilidade:
comparação entre o caso britânico e o caso português**

Carina Valéria Ferreira Vilela

**Dissertação de Mestrado
apresentada ao Instituto de Contabilidade e Administração do Porto para
a obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Finanças, sob
orientação do Professor Doutor Adalmiro Álvaro Malheiro de Castro
Andrade Pereira**

Porto – 2015

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO INSTITUTO
POLITÉCNICO DO PORTO**

*“O pesquisador, ao desenvolver para o leitor o assunto,
deixa de ser por um momento investigador,
para se tornar o filósofo de seu trabalho.
Abandona as técnicas da pesquisa com que já se habituara,
para usar os recursos da lógica da demonstração”.*
(Salomon, 1991)

Resumo

Independentemente da área de investigação, considera-se como fundamental conhecer a história, dando a possibilidade de entender o passado e perspetivar o futuro. Muitas são as descobertas e investigações feitas no âmbito da História da Contabilidade em Portugal, ainda que consideravelmente aquém da imensidão de factos ainda não estudados, possuindo o nosso país um longo caminho a percorrer no que diz respeito à investigação e descoberta de factos ligados à Contabilidade.

Nesse sentido, e indo ao encontro do principal objetivo desta investigação, que consiste em conhecer e compreender o acesso das mulheres ao estudo da Contabilidade em Portugal, tendo em consideração o período do Estado Novo, a presente investigação pretende aprofundar e compreender um pequeno, mas essencial, ponto da História da Contabilidade em Portugal.

Consequentemente, será traçada uma metodologia de investigação mista relativamente ao processo de recolha de dados, utilizando-se, por um lado, uma técnica de investigação qualitativa relativamente à análise documental, e como investigação quantitativa a recolha de informação através de bases de dados.

Como resultados, obtiveram-se informações acerca do comportamento histórico do acesso das mulheres ao estudo da Contabilidade em Portugal, durante o Estado Novo, constatando-se, assim, os acontecimentos que estiveram na base desse mesmo comportamento, que se prevê como insatisfatório comparativamente com os valores observados relativamente aos homens. Este facto deverá ficar a dever-se ao contexto político, mas também económico e social da época, capaz de influenciar negativamente a Educação da população.

Palavras-chave: História da Contabilidade, Educação, Mulheres, Estado Novo, Portugal.

Abstract

Regardless of the area of research, it is considered as essential to know the history, giving the possibility to understand the past and prospect the future. There are many discoveries and investigations made in the context of the history of Accounting in Portugal, though still considerably short in the immensity of facts not yet studied, having our country a long way to go concerning the investigation and discovery of facts related to accounting.

In this sense, and going to meet the main goal of this research, which is to know and understand women's access to accounting education in Portugal, taking into consideration the Estado Novo period, this research aims to deepen and understand a small, but essential, point in the history of Accounting in Portugal.

Consequently, it will be drawn a mixed research methodology for the data collection process, using, on one hand, a qualitative research technique for document analysis, and as quantitative research the collection of information through databases.

As a result, information was obtained about the historical behavior of the access of women to the teaching of Accounting in Portugal during the Estado Novo, noting that the events which were at the basis of this same behavior, which are expected as unsatisfactory compared with the observed values in relation to men. This must be due to the political context, but also economic and social time can have a negative effect on the Education of the population.

Key-words: Accounting History, Education, Women, Estado Novo, Portugal.

Agradecimentos

A realização deste trabalho significa o ultrapassar de mais uma etapa na minha vida. Uma etapa dura, repleta de adversidades, desilusões, entusiasmo, desistências, recomeços, mas acima de tudo dedicação e foco no objetivo final.

Sinto-me realizada pelo facto de, pelo menos, ter conseguido ultrapassar a árdua tarefa de colocar todos os aspetos pessoais de lado e focar-me naquilo que era essencial para terminar esta fase da minha vida.

Por isso mesmo, em primeiro lugar, agradeço a mim mesma. Pela privações a que me sujeitei, e por todas as implicações que possam daí ter resultado. Pelas noites em claro. Pela força que dei a mim mesma.

Ao meu orientador, professor Doutor Adalmiro Pereira, pela motivação e incentivo que me deu durante todas as fases da realização deste trabalho, e pela sua dedicação e conselhos valiosos em alturas em que a luz ao fundo do túnel tardava em aparecer, o meu muito obrigada.

À professora Doutora Ana Maria Bandeira, pela orientação científica e transmissão de conhecimentos durante todo o período letivo.

Ao Instituto Nacional de Estatística, pela prontidão na procura da melhor solução para o estudo em causa com que sempre me abordaram.

À minha irmã, que, apesar dos seus ingénuos 15 anos, me apoiou incondicionalmente quando os piores momentos chegavam e nunca me deixou desistir.

A ti, que apesar de teres surgido numa fase final deste projeto, me apoiaste, me ouviste e compreendeste.

A todos, deixo o meu sincero agradecimento !

Índice

Resumo.....	V
Abstract.....	VI
Agradecimentos.....	VII
Introdução.....	1
Justificação do tema.....	1
Objetivos da investigação.....	2
Organização temática.....	5
Metodologia de investigação adotada.....	6
1. As mulheres e a Contabilidade: caso britânico.....	8
1.1. Mudança nas exigências educacionais.....	9
1.2. Tipo de ensino oferecido.....	10
1.3. Educação definida por género.....	11
1.4. Síntese.....	13
2. As mulheres e a Contabilidade: caso português.....	14
2.1. Breve enquadramento histórico.....	15
2.2. O Ensino durante o Estado Novo.....	16
2.2.1. O Ensino da Contabilidade.....	19
2.3. Síntese.....	21
3. As mulheres e a Contabilidade: especificidades.....	22
3.1. Caso mundial.....	23
3.1.1. A desigualdade entre géneros no ensino da Contabilidade.....	23
3.2. Caso português: Estado Novo.....	25
3.2.1. Contexto social envolvente das mulheres: o verdadeiro significado do que representava ser mulher.....	25
3.2.2. O mercado de trabalho para a mulher.....	28
3.2.3. O acesso do público feminino ao ensino.....	29
3.2.4. A adesão das mulheres ao estudo da Contabilidade.....	31
3.3. Síntese.....	32

4. Caso prático e interpretação dos resultados obtidos.....	33
4.1. Década de 40.....	34
4.2. Década de 50.....	37
4.3. Década de 60.....	40
4.4. Período de 1970-1974.....	42
4.5. Período de 1940-1974.....	45
Conclusões.....	48
Contributos do estudo.....	53
Limitações na investigação.....	53
Sugestões para futuras investigações.....	54
Referências Bibliográficas.....	55

Índice de Figuras

Figura 1: Relação do número de alunos matriculados no curso de Contabilidade, na década de 40.....	35
Figura 2: Relação do número de alunos matriculados no curso de Contabilidade, na década de 50.....	38
Figura 3: Relação do número de alunos matriculados no curso de Contabilidade, na década de 60.....	41
Figura 4: Relação do número de alunos matriculados no curso de Contabilidade, entre 1970 e 1974.....	44
Figura 5: Evolução do número de alunos matriculados no curso de Contabilidade, durante o Estado Novo.....	46
Figura 6: Evolução da média de alunos matriculados no curso de Contabilidade, durante o Estado Novo.....	46
Figura 7: Desvio Padrão do número de mulheres matriculadas no curso de Contabilidade, durante o Estado Novo.....	47

Índice de Quadros

Quadro 1: Número de alunos matriculados no curso de Contabilidade, na década de 40	35
Quadro 2: Número de mulheres matriculadas no curso de Contabilidade, na década de 40.....	35
Quadro 3: Média do número de alunos matriculados no curso de Contabilidade, na década de 40.....	36
Quadro 4: Média do número de mulheres matriculadas no curso de Contabilidade, na década de 40.....	36
Quadro 5: Desvio Padrão do número de mulheres matriculadas no curso de Contabilidade, na década de 40.....	37
Quadro 6: Número de alunos matriculados no curso de Contabilidade, na década de 50	37
Quadro 7: Número de mulheres matriculadas no curso de Contabilidade, na década de 50.....	37
Quadro 8: Média do número de alunos matriculados no curso de Contabilidade, na década de 50.....	39
Quadro 9: Média do número de mulheres matriculadas no curso de Contabilidade, na década de 50.....	39
Quadro 10: Desvio Padrão do número de mulheres matriculadas no curso de Contabilidade, na década de 50.....	39
Quadro 11: Número de alunos matriculados no curso de Contabilidade, na década de 60.....	40
Quadro 12: Número de mulheres matriculadas no curso de Contabilidade, na década de 60.....	40
Quadro 13: Média do número de alunos matriculados no curso de Contabilidade, na década de 60.....	41
Quadro 14: Média do número de mulheres matriculadas no curso de Contabilidade, na década de 60.....	42
Quadro 15: Desvio Padrão do número de mulheres matriculadas no curso de Contabilidade, na década de 60.....	42
Quadro 16: Taxa de analfabetismo, segundo os Census.....	42
Quadro 17: Número de alunos matriculados no curso de Contabilidade, entre 1970 e 1974.....	43
Quadro 18: Número de mulheres matriculadas no curso de Contabilidade, entre 1970 e 1974.....	43

Quadro 19: Média do número de alunos matriculados no curso de Contabilidade, entre 1970 e 1974.....	44
Quadro 20: Média do número de mulheres matriculadas no curso de Contabilidade, entre 1970 e 1974.....	44
Quadro 21: Desvio Padrão do número de mulheres matriculadas no curso de Contabilidade, entre 1970 e 1974.....	45

Introdução

No presente capítulo é feita uma apresentação global do trabalho, evidenciando-se o enquadramento e a justificação do tema, os objetivos a alcançar com o estudo, a estrutura da pesquisa adotada, e a metodologia de investigação utilizada.

Justificação do tema

O facto de adquirirmos conhecimento acerca de acontecimentos passados, no universo contabilístico, leva a que se obtenham conclusões capazes de prevenir e permitir uma fidedigna previsão do futuro (Carnegie & Napier, 2012).

Muitas são as descobertas e investigações feitas no âmbito da História da Contabilidade em Portugal, ainda que consideravelmente aquém da imensidão dos factos, ainda não retratados (Edwards, 2011).

Deste modo, considera-se que o estudo e a investigação da contabilidade devem caminhar lado a lado, tornando-se fundamentais e dependentes na busca do conhecimento (Guimarães, 2006), considerando-se, por outro lado, que existe ainda um longo caminho a percorrer no que diz respeito à investigação relativamente à História da contabilidade, pelo facto de a educação não ser ainda “objeto de estudo significativo pelos historiadores de contabilidade” (Edwards, 2011).

No que diz respeito ao percurso e participação feminina na aprendizagem da Contabilidade, é evidente a dificuldade em obter estudos que demonstrem uma ligação entre a contabilidade e as mulheres (Rochefort, 1997), considerando-se como principal motivação a “tardia valorização das ciências sociais” (Tavares, 2008), passando este contexto a ser alvo de objetos de estudo.

Nesse sentido, torna-se essencial estabelecer uma conexão entre as especificidades da motivação feminina e o estudo da contabilidade, uma ciência cada vez mais dominada pelas mulheres, devido à sua forte capacidade de questionar e interrogar as mais variadas questões, e de estabelecer uma ligação entre o pensamento e a ação (Tavares, 2008).

A existência de estudos e investigações que culminaram numa maior notoriedade no que concerne ao feminismo, apesar de indispensáveis para espelharem os caminhos percorridos pelas mulheres, são meramente “pontes” que permitem o surgimento das mais variadas questões acerca do papel das mulheres nas mais variadas épocas da História (Tavares, 2008).

Com isto, entende-se que existe ainda, em Portugal, um vasto conjunto de interrogações sobre o comportamento feminino, bem como um caminho relevante na obtenção de respostas capazes de desvendar todos os passos e todos os movimentos percorridos pelas mulheres na evolução da Contabilidade.

O presente estudo propõe ter como finalidade traçar o percurso das mulheres relativamente ao estudo da contabilidade, durante o Estado Novo, pelo facto de representar uma época em que a história das mulheres “se esfumou” (Tavares, 2008), pretendendo dar uma visibilidade meritória do papel das mulheres e recuperá-las do esquecimento (Cova, 1997).

Objetivos da investigação

Os objetivos de investigação dividem-se entre principais e secundários. Antes da sua definição convém ter alguns aspetos em consideração.

O facto de Portugal, através do regime autoritário, ter fechado as suas portas para qualquer tipo de informação vinda do exterior, durante o Estado Novo, quer seja a nível comercial, industrial ou educativo, veio influenciar negativamente o seu desenvolvimento, juntamente com a máxima de que a população deveria dedicar-se exclusivamente à agricultura, considerada pelo regime como a profissão mais dignificante.

Todos estes fatores vieram travar o impulso económico do país, bem como o seu progresso ao nível da educação, tornando a população cada vez mais analfabeta, dificultando o estudo da contabilidade e, conseqüentemente, o acesso das mulheres ao mesmo.

Nesse sentido, o principal e fundamental objetivo da investigação passa por conhecer e compreender o acesso das mulheres ao estudo da Contabilidade em Portugal, entre 1940 e 1974, época histórica marcada pela ditadura, opressão e autoritarismo, tendo por base o caso britânico.

O período de análise foi determinado no sentido de se apurarem as condições e limitações impostas no acesso das mulheres ao estudo da contabilidade, bem como os seus fatores impulsionadores, numa época marcada pelo analfabetismo geral da população portuguesa, juntamente com as dificuldades com que as mulheres se deparavam no ingresso de profissões consideradas da responsabilidade dos homens.

No que se refere aos objetivos específicos, com a investigação pretende-se aprofundar o conhecimento acerca das condições envolventes que determinaram o acesso ao estudo da contabilidade pelo género feminino, bem como apurar, através da análise de dados, recorrendo a uma investigação quantitativa, a evolução da procura pelo ensino da contabilidade pelas mulheres, ao longo do período de estudo, através do método dedutivo, racional, no qual apenas a razão leva a um conhecimento, partindo-se, assim, de teorias e premissas consideradas verdadeiras, tendo em conta que as conclusões serão, também, verdadeiras e fidedignas.

Assim sendo, e de acordo com o objetivo principal, surgem os objetivos específicos da investigação:

Objetivo 1: *Conhecer e avaliar a participação das mulheres no estudo da Contabilidade, durante um período que abrange finais do século XVIII e início do século XIX.*

A finalidade e pertinência deste objetivo, alcançada no primeiro capítulo, passa por entender, de uma forma mais pormenorizada, como se desenrolava o interesse das mulheres britânicas pela Contabilidade, permitindo uma comparação com a realidade portuguesa.

Apesar de as épocas de estudo não coincidirem (no caso britânico utiliza-se a época que vai desde finais do século XVIII até inícios do século XIX, e no caso português - Estado Novo – estuda-se uma parte do século XX), ambos os países passavam por épocas

adversas na sua História, e o interesse e objetivo será o de verificar como se desenrolou o papel das mulheres na Contabilidade, sendo que, apesar de Portugal estar mais do que um século à frente da Grã-Bretanha, no que diz respeito ao período estudado, constata-se que se encontra atrasado em relação ao estudo da Contabilidade pelas mulheres.

Objetivo 2: *Avaliar o contexto social vivido pelas mulheres e a importância do seu papel na sociedade, durante o Estado Novo.*

Com este objetivo pretende-se conhecer os limites da palavra “género”, percebendo exatamente a diferença entre os sexos, e as inevitáveis diferenças sociais que possam ter influenciado, de alguma forma, a procura das mulheres pelo estudo da contabilidade.

Nesse sentido, o estudo passará por entender, no segundo capítulo, através de uma investigação qualitativa, o lugar da mulher na sociedade do Estado Novo, a sua “função social”, e as desigualdades de género com que se deparava nas mais variadas tarefas, a nível pessoal e profissional, relativamente ao homem.

Objetivo 3: *Aprofundar o enquadramento político, económico e social da época, canalizador dos fatores capazes de influenciar a procura das mulheres pelo estudo da contabilidade.*

Através de uma abordagem qualitativa, com este segundo objetivo pretende-se estudar o contexto político, mas também económico e, principalmente, social que se vivia durante o Estado Novo de António de Oliveira Salazar. Deste modo, existirá uma maior capacidade de compreender e avaliar, através do terceiro capítulo, os fatores que influenciaram e estiveram na origem do comportamento tendencial das mulheres relativamente à sua procura pelo estudo da contabilidade.

Objetivo 4: *Apurar a evolução, ao longo de todo o regime, da facilidade ou dificuldade com que as mulheres se depararam no acesso ao estudo da contabilidade nas escolas portuguesas.*

O quarto objetivo será cumprido através de uma análise de dados, recorrendo-se a uma investigação quantitativa, cujos dados, fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística

(INE), permitirão avaliar a evolução do comportamento das mulheres no que diz respeito ao estudo da contabilidade, retratada no quarto capítulo.

Organização temática

A dissertação é estruturada de forma a ir ao encontro dos objetivos da investigação, evidenciando clareza e precisão. Assim sendo, será composta por cinco capítulos, todos eles interligados entre si e apresentados de forma objetiva.

Deste modo, será exposta a introdução ao trabalho de investigação, constituída, essencialmente, por uma breve apresentação e justificação do tema, evidenciando-se, assim o interesse do estudo. De seguida, serão enunciados os objetivos, principal e específicos, a alcançar com a escolha do tema, a estrutura adotada para o presente estudo, bem como a metodologia utilizada na elaboração da investigação, procedendo-se à sua fundamentação.

No que concerne ao primeiro, segundo e terceiro capítulos, é apresentada a revisão da literatura.

O primeiro capítulo, dedicado ao caso britânico, começa por abordar as mudanças existentes ao nível das novas exigências educacionais na Grã-Bretanha. De seguida, são expostos os tipos de ensino oferecidos na época, bem como abordado o facto de a educação ser definida por género. Por fim, é apresentada uma síntese do capítulo.

O segundo capítulo, focado no caso português, inicia-se com um breve enquadramento histórico do Estado Novo. Abordam-se, ainda, as principais características do ensino durante o Estado Novo, especificando-se o ensino da Contabilidade. No final do capítulo é elaborada uma síntese do mesmo.

O terceiro capítulo é dedicado ao estudo das mulheres, especificamente o seu acesso ao estudo da Contabilidade. Inicia-se o capítulo com uma breve abordagem ao caso mundial, para enquadramento da constatação da existência de uma desigualdade entre géneros no ensino da Contabilidade, a nível mundial. Seguidamente, aborda-se o tema fulcral da investigação, o caso português, tratando-se temas como o contexto social envolvente das

mulheres, o mercado de trabalho para as mulheres, o acesso do público feminino ao ensino, de um modo geral, e, por fim, a adesão das mulheres ao estudo da Contabilidade. Finalmente, é feita uma síntese dos pontos referidos no terceiro capítulo.

No quarto capítulo procede-se à análise empírica e respetiva interpretação dos resultados obtidos com a investigação efetuada, conseguida através de uma metodologia qualitativa e quantitativa, conjugando-se, assim, a análise documental e a recolha de dados, o que permitirá alcançar o quarto objetivo do estudo, nomeadamente a evolução do comportamento do acesso das mulheres ao ensino da contabilidade, indo ao encontro do principal objetivo de toda a investigação, o de conhecer o acesso das mulheres ao ensino da contabilidade em Portugal, abrangendo a época específica do Estado Novo.

Nas considerações finais expõe-se as principais conclusões acerca da investigação realizada, dando-se a conhecer os principais resultados obtidos com a mesma, contribuições e limitações encontradas durante a elaboração do estudo e eventuais propostas que sirvam de inspiração para futuras investigações.

Metodologia de investigação adotada

A metodologia utilizada num qualquer trabalho de investigação deverá ser adaptada ao tema escolhido, baseando-se na realidade do fenómeno (Barbedo, 2014) (Ryan, Scapens, & Theobald, 2002).

O método e/ou metodologia utilizados na pesquisa de um estudo terão influência nas respostas obtidas acerca de um qualquer fenómeno (Vieira, Major & Robalo, 2009).

Nesse sentido, adota-se, no presente estudo e no que concerne à investigação qualitativa, uma abordagem suportada no método dedutivo, utilizando-se um raciocínio lógico, considerando-se que as conclusões estarão implícitas nas várias premissas, o que significa que, se as premissas forem consideradas como válidas e/ou verdadeiras, estaremos perante uma conclusão e um raciocínio válido (Barbedo, 2014). Assim, o emprego do método dedutivo permitirá avaliar as informações disponíveis, dos mais variados autores, sobre a tendência do acesso das mulheres ao estudo da contabilidade, durante o Estado Novo.

Porém, no sentido de se compreender e avaliar de uma forma mais clara os diversos acontecimentos na história (Serrano, 2004), o presente estudo alia a investigação qualitativa à investigação quantitativa, através de uma abordagem mista, permitindo assim explicar, de uma forma mais aprofundada, a realidade do estudo.

Nesse contexto, a investigação mista será composta por uma abordagem qualitativa, através da utilização da recolha de dados pela análise documental, e por uma abordagem quantitativa, obtida na sequência da análise/observação comportamental de dados, nomeadamente a análise estatística.

1. As mulheres e a Contabilidade: caso britânico

O presente capítulo pretende elucidar acerca do caso da Grã-Bretanha no que diz respeito à sua oferta educativa ao nível da Contabilidade durante finais do século XVIII e inícios do século XIX, abordando temas como a mudança nas exigências educacionais, o tipo de ensino oferecido e a educação definida por género.

Pretende-se, essencialmente, dar a conhecer as principais características do ensino da Contabilidade existente no século XVIII, no caso britânico, permitindo assim uma comparação com o caso português do Estado Novo, abordado mais à frente.

1.1. Mudança nas exigências educacionais

Segundo Edwards (2011), num período pré-industrialização, as instituições de ensino mostravam pouco interesse no estudo da Contabilidade, de que são exemplo as prestigiadas universidades de Oxford e Cambridge, cujos currículos se focavam numa educação tradicional, em grego, latim e estudos clássicos, orientadas no sentido de que a instrução equipava os “estudiosos e clérigos” (Anderson-Gough, 2009) para os seus futuros papéis numa sociedade feudal, dominada pela Igreja (Grassby, 1995) (Holmes, 1982) (Lawson & Silver, 1973), mostrando relutância e pouco interesse relativamente ao estudo da Contabilidade, apesar do seu peso na administração de propriedades e mosteiros.

Nesse sentido, com o desenvolvimento da Grã-Bretanha como uma nação comercial, a partir do século XVI, a orientação tradicional das escolas de gramática e universidades falhou na satisfação dos requisitos de uma mudança educacional. Apesar de existirem indícios da ocorrência de algumas mudanças ao nível da educação, até mesmo ao nível da educação empresarial, nenhuma destas mudanças teve como preocupação a Contabilidade em tais desenvolvimentos (Edwards, 2011).

Para O’Day (1982), existiram uma série de fatores que dificultaram, para as escolas de gramática a sua resposta ao aumento da procura por uma educação que atendesse à realidade, nomeadamente a diminuição das doações, a corrupção, a falta de interesse por parte dos diretores escolares e as dificuldades que estas escolas encontraram na adaptação dos seus conteúdos curriculares devido às disposições legais.

Em contrapartida, segundo Edwards (2011) algumas escolas de gramática reagiram satisfatoriamente às novas circunstâncias envolventes, tornando-se mais flexíveis, quer no conteúdo, quer na natureza da provisão educativa (Tompson, 1971) (O'Day, 1982) (Money, 1993) (Grassby, 1995). *Manchester Grammar School* surge como um exemplo perfeito de uma escola de gramática que continuou a preparar alguns rapazes para as universidades, mas ao mesmo tempo ofereceu um currículo comercial (Hans, 1951), preparando os seus alunos para uma carreira na indústria e no comércio. Algumas escolas escocesas de gramática foram também ativas nesta área e, por volta de 1750, a matemática, a ciência e a contabilidade encontraram um lugar nas disciplinas curriculares.

Apesar do esforço de algumas instituições em procurarem satisfazer as necessidades da educação da Contabilidade e em defenderem a queda da procura da educação clássica, as iniciativas de algumas escolas de gramática eram insuficientes para atender aos requisitos de Contabilidade de uma sociedade em mudança. E, por isso, durante os séculos XVII e XVIII, foram criadas as chamadas academias e aulas de professores particulares, que ensinavam a importância da Contabilidade numa economia de expansão comercial, industrial e agrícola (Edwards, 2011).

1.2. Tipo de ensino oferecido

Segundo Edwards (2011), as academias surgiram como instituições privadas que enfatizaram diferentes métodos de ensino e ofereceram um currículo mais diverso e relevante para a sociedade contemporânea. Com um currículo com um alto teor em disciplinas matemáticas e técnico-profissionais, forneciam educação em troca de taxas (propinas) pagas (Hans, 1951). Os seus números aumentaram durante o século XVIII, atingindo aproximadamente 200 instituições, acreditando-se que dois terços estavam situados nos arredores de Londres (Hans, 1951).

Hans (1951) divide as Academias em **três categorias**:

- aquelas para a classe média alta;
- as escolas compreensivas ou multiculturais;
- as academias Técnicas e Comerciais.

Os seus diretores eram, geralmente, “*self-made men*”, a sua clientela era maioritariamente da classe média baixa, e os seus alunos eram desprezados por aqueles que possuíam valores educativos mais tradicionais (Edwards, 2011).

Segundo Hans (1951), em meados do século XVIII, as academias tinham uma tradição estabelecida, e reclamavam superioridade acima das antigas escolas de gramática, defendendo que o seu currículo eliminou disciplinas desnecessárias e os novos métodos de ensino trouxeram melhores e mais rápidos resultados (Edwards, 2011).

Estas academias podiam ser frequentadas por jovens dos doze aos dezoito anos, tendo estes a possibilidade de frequentar uma escola pública ou de gramática e, posteriormente, um academia (Edwards, 2011).

Edwards (2011) indica que existia uma colaboração entre as escolas de gramática e as academias, existindo casos em que os alunos das escolas de gramática eram enviados para as academias, a fim de participarem em aulas de matemática, incluindo a escrituração.

Nota-se que Hans (1951) menciona que os alunos eram divididos em “correntes”, de acordo com a profissão na qual pretendiam entrar, e tinham a possibilidade de seleccionar os temas de qualquer outra corrente, o que transparecia um sistema flexível, combinando disciplinas principais e opcionais.

1.3. Educação definida por género

Para Edwards (2011), existem poucos indícios de que as academias tenham prestado muita atenção às necessidades contabilísticas das mulheres, facto que pode ser justificado pelo foco num sistema de escrituração (dupla entrada) considerado mais adequado para os negócios do que para o “domínio doméstico”.

O’Day (1982) relata que, no século XVI, as mulheres podiam aprender o que precisavam para o futuro, incluindo a Contabilidade, “no joelho da sua mãe”, tendo, em alguns casos, ido mais longe no estudo da mesma.

Segundo Adamson (1922, p. 229), durante o século XVIII, os pais pagavam a educação das suas filhas, quer em escolas privadas, quer recorrendo à educação em casa, para a instrução em Inglês, Escrita, Aritmética “tão longe quanto fosse necessário para ‘fazer contas’, Desenho, Bordado, Dança e um pouco de Francês”, transmitindo a ideia de uma evidente exclusão das mulheres do domínio da Contabilidade.

Os próprios livros continham títulos que distinguiam a educação comercial e contabilística como exclusivamente masculina – “*The man of Business*” (Wise, 1754) .

Quin (1776, p. 68) reconhece a tendência do sexo masculino em excluir as mulheres das salas de aula do século XVIII: “Ladies in the general course of their education, have been debarred by custom from a necessary knowledge of accounts; as if their sex prohibited them from being endowed with so reasonable an accomplishment, as to know the real state of their own affairs”¹.

Walker (1998) revela a importância dos textos instrumentais sobre a contabilização para as filhas das famílias da classe média do século XIX, consideradas tanto moldáveis como os capazes.

Referências para o feminino permanecem difíceis de encontrar, mas não estão totalmente ausentes: “Consequently as the approach to so valuable an acquisition is rendered plain and easy, it is inexcusable in Ladies and Gentlemen to omit having a proper knowledge of their domestic concerns (...)”² (Quin, 1776, p.17).

Para Maltby & Rutterford (2006), várias mulheres abraçaram a Contabilidade no início do período moderno (século XVIII) como parte das suas responsabilidades domésticas.

Walker (1998) aponta o papel duplo das “contabilistas domésticas”, que surge em virtude da necessidade de controlo do seu património, e como um dever feminino, nomeadamente o de gerir as contas domésticas. O autor admite que a “escrituração” foi

¹ “As senhoras, no caminho da sua educação, foram impedidas pelo costume de um conhecimento necessário de contas; como se o sexo delas as proibisse de serem dotadas de tão razoável realização, a fim de saber o estado real de seus próprios assuntos.”

² “Consequentemente, como a abordagem de tão valiosa aquisição é dada de forma simples e fácil, é imperdoável em Senhoras e Senhores omitir ter um conhecimento adequado das suas preocupações domésticas (...)”

considerada como uma parte relevante na educação das mulheres, baseando-se em argumentos presentes em vários manuais no século XIX.

De facto, segundo Maltby & Rutterford (2006), existem casos de mulheres que foram capazes de utilizar as suas habilidades na Contabilidade para além da gestão doméstica.

Hunt (1996) cita uma autora anónima do *Advice to the Women and Maidens of London*, que em 1678, aconselhou as mulheres a adquirirem habilidades na “escrituração”, tal como ela, pelo facto de lhe ter sido revelado que, sem estas habilidades, não seria capaz de efetuar o comércio.

Um dos movimentos das mulheres foi o de lutar no sentido de obter um salário em troca da “escrituração”, descrito por Cooper & Taylor (2000). Walker (2003) aponta este processo como evidente, baseando-se nos níveis crescentes de mulheres entre a população de “escriturários” em finais do século XIX, revelando mesmo que, em algumas regiões, a “escrituração” passou a ser assumida pelo sexo feminino, dando como exemplo o sul da Inglaterra, onde a maioria dos “escriturários” eram mulheres muito antes do início da introdução de maquinaria nos escritórios.

1.4. Síntese

Com o final do capítulo, conclui-se que, apesar de se localizar no século XVIII, a Grã-Bretanha mostrava uma preocupação com o ensino da Contabilidade, atendendo às exigências sociais e económicas da época. Nesse sentido foram criadas escolas técnicas de Contabilidade, para atender às necessidades daqueles que pretendiam seguir carreira na escrituração ou como guarda-livros.

No caso específico das mulheres verifica-se que, apesar de existirem limitações ao acesso das mesmas à educação, existiu, desde muito cedo, uma dedicação das mulheres em relação à Contabilidade, quer no lar, assumindo a responsabilidade de gerir as contas dos seus maridos, quer na busca por algo maior, o estudo da Contabilidade.

No capítulo seguinte procede-se a um enquadramento das mulheres na Contabilidade, relativamente ao caso português.

2. As mulheres e a Contabilidade: caso português

Este capítulo tem por objetivo e pertinência o enquadramento histórico do Estado Novo, considerado como a base para a elaboração do presente estudo, fornecendo, deste modo, uma contextualização da época estudada, facilitando uma maior compreensão da investigação.

Este ponto procura sustentar-se em factos históricos e anteriormente estudados relativamente à evolução do Estado Novo.

2.1. Breve enquadramento histórico

Em 1933, com a promulgação da Constituição da República Portuguesa, António de Oliveira Salazar lança as bases ideológicas e político-institucionais do novo regime em vigor, a partir daí denominado de Estado Novo, caracterizado por ser autoritário, ditatorial, nacionalista e colonialista.

O carácter conservador da ideologia do Estado Novo baseou-se numa política de exaltação da Pátria e dos seus heróis, na preservação das tradições culturais e artísticas, na adoção do catolicismo, e na valorização do estilo de vida português (Neves, Pinto & Carvalho, 2006).

Esperava-se a queda de Salazar e, em consequência, o fim da ditadura em Portugal, com o termo da 2ª Guerra Mundial, em 1945, devido à vitória dos regimes democráticos. Porém, o chefe supremo do povo português tomou um conjunto de medidas com vista a demonstrar que se adaptava com facilidade aos novos tempos (pós-guerra), nomeadamente a realização de novas eleições para a Assembleia Nacional, ordenando a revisão da Constituição de 1933, e condenando as atuações do regime nazi de Adolf Hitler (Barreira & Moreira, 2012).

Com o fim da 2ª Guerra Mundial, a agricultura continuava a ser o principal setor de atividade em Portugal, sendo a população portuguesa maioritariamente rural, em consequência da “exaltação rural”, tornando assim o país num “dos mais atrasados da Europa” (Barreira & Moreira, 2012), devido à sua incapacidade em acompanhar o desenvolvimento económico que se verificou nos restantes países da Europa (Oliveira, Cantanhede, Catarino, Mendonça & Torrão, 2004).

A partir dos anos 50, devido à existência de uma fraca industrialização, o governo português de Salazar pôs em prática um conjunto de medidas com o objetivo de fomentar o desenvolvimento industrial em Portugal, despoletando, assim, um “surto de novas indústrias” (Oliveira et al, 2004). O crescimento das indústrias siderúrgica, refinação de óleos, adubos, montagem de automóveis, construção naval, têxteis e calçado (Barreira & Moreira, 2012) permitiu o aumento das exportações, passando a indústria a constituir um setor essencial na economia portuguesa.

Nesse sentido surge a importância da contabilidade em Portugal, não só pela sua relevância na indústria portuguesa, através da aplicação de uma contabilidade analítica que permitia a quantificação e redução de custos, como também na reorganização das finanças públicas, demonstrando ser um “sistema científico de informação da realidade económica”, assumindo, deste modo, um “papel de relevo no desenvolvimento do projecto corporativo” (Sousa, 1997).

Para Salazar, a contabilidade passava a representar um meio para atingir um fim: o espelho da realidade económica. Nesse sentido, a ciência contabilística representava um instrumento essencial e favorável no centralismo administrativo defendido por Salazar, que admitia que “a Contabilidade é, em todos os países, miúda, exigente, rabugenta: são as grandes qualidades de zeladora dos dinheiros públicos; mas tem também uma tendência absorcionista e centralizadora, que por vezes se manifesta esterilizante; são os defeitos correspondentes” (Salazar, 1942).

2.2. O Ensino durante o Estado Novo

Já dizia Sedas Nunes que Portugal, de entre os países da “Europa capitalista”, é o “último, na proporção do número de alunos do ensino superior, (...) depois de nós, ninguém” (Nunes, 1968a).

Com o novo regime em Portugal, denominado de Salazarismo, atravessava-se um difícil percurso relativamente à educação, devido ao facto de existirem imensas e diversas dificuldades em expandir o ensino, fruto da “inevitável contracção de investimentos”, resultantes da depressão mundial então vivida (Sousa, 1997).

Segundo Sousa (1997), o fator mais preocupante baseava-se na política restritiva do Estado Novo, que sustentava os seus ideais numa corrente conservadora, incapaz de distinguir o que “na tradição deve ser mantido e revolvido”. Para o autor, a visão do regime era “distorcida”, o que impedia o Governo de “compreender o alcance modernizador da educação, sem a qual não há futuro nem tradição”. A política restritiva adotada pelo regime de Salazar promovia a redução do ensino obrigatório, a desvalorização do ensino primário e dos programas, que se baseavam no “saber ler, escrever e contar”, a diminuição da formação científica dos professores, e a exigência de apenas a quarta classe aos regentes e docentes, para além da “idoneidade moral e intelectual” (Proença & Ramos, 1996).

Nesse contexto, e no que concerne à educação, “a recorrente questão do ensino técnico em Portugal não pode separar-se do problema da educação e prende-se às condições gerais da evolução da sociedade portuguesa.” (Sousa, 1997). Aqueles que defendiam a pedagogia ativa esforçavam-se por cativar a sociedade portuguesa para a necessidade de “dar a todo o ensino, nos seus diversos graus, um carácter acentuadamente profissional” (Lima, 1987).

Relativamente ao Ensino técnico, quer seja industrial ou comercial, surge, durante o Estado Novo, como o mais relacionado com o desenvolvimento económico, formando operários e escriturários, enquanto o Ensino Liceal se destinava a “dispensar uma cultura geral e via de acesso à Universidade e não a desaguar para a vida” (Bento, 1987).

Para Sousa (1997), o Liceu funcionava como uma escola “cultural e científica, destinada às elites sociais a caminho da Universidade e dos órgãos de cúpula da Administração pública e privada”; já a considerada Escola técnica estava orientada para classes populares, dotando-as de capacidades necessárias para o desenvolvimento de tarefas de forma eficiente e eficaz.

A reorganização do ensino deixou um vasto número de incertezas acerca do valor da instrução das massas populares pelo facto de que, para o Governo, a Escola Primária “devia ensinar pouco e o mais chãmente possível”, considerando que “fazer o ensino primário por meio de agentes altamente intelectualizados tem inconvenientes

gravíssimos” (Sousa, 1997).

Salazar avançava a sua opinião sobre a questão do ensino das massas populares, afirmando que considerava “mais urgente a constituição de vastas elites do que ensinar o povo a ler. É que os grandes problemas nacionais têm de ser resolvidos não pelo povo, mas pelas elites enquadrando as massas” (Mónica, 1978).

Alguns autores expressam claramente a visão distorcida impeditiva da modernização da Educação, afirmando que “a parte mais linda, mais forte e mais saudável da alma portuguesa reside nesses 75% de analfabetos” (Brito, 1996) e que felizes são “aqueles que não sabem ler!”, considerando que “ensinar a ler é corromper o atavismo da raça” (Carvalho, 1986).

No que se refere às formalidades do ensino, durante o Estado Novo, procedeu-se a uma “compartimentação do ensino, que separa sexos, pelo repúdio da coeducação, e grupos sociais, pela manutenção das duas vias de ensino - liceal e técnica”, tornando-se visível e notório o ajuste funcional do ensino às convicções e ideologias do regime, prevalecendo a máxima de que o “prestígio do lar e da família exigem que a futura mãe tenha uma educação de acordo com “a missão natural da mulher” (Sousa, 1997). Assim, torna-se clara a separação, desde logo, entre homens e mulheres, no que se refere ao ensino, visto que as funções sociais da mulher em nada se confundiam com as do homem.

O sistema educativo português, durante o regime salazarista, pautou-se pela implementação de um modelo que se mostrava em conformidade com o pensamento pedagógico que então vigorava. Desde logo, era representado por um único livro de leitura no ensino primário, caracterizado pelas suas alusões aos bons costumes, à família, à religião, e ao trabalho no campo, através de textos e imagens defensores da “mentalidade nacionalista e cristã” (Carvalho, 1986), um “regime meticulosamente rendilhado” (Sousa, 1997).

O ensino em Portugal, tendo como base o Estado Novo, foi caracterizado por uma política restritiva, no sentido de se adotar uma contenção de investimentos e/ou custos numa época de depressão económica, fruto do pós-Segunda Guerra Mundial.

A este acontecimento juntava-se a forte corrente conservadora do regime salazarista, que, aliando o útil ao ideológico, aplicava uma política restritiva intelectual, obtendo assim uma “população fácil de manipular”, ao mesmo tempo que reduzia as despesas do Governo, em detrimento do desenvolvimento ideológico e racional dos portugueses.

Segundo Mónica (1978), através da implementação de um conjunto de medidas conservadoras na educação, o governo salazarista pretendia “combater as aberrações que o liberalismo e a República haviam inculcado na mente popular”. Os valores e procedimentos restritivos adotados promoveram não só a redução do ensino obrigatório, assim como a desvalorização do ensino primário, e a diminuição da formação dos professores, dando-se uma maior relevância à “idoneidade moral e intelectual” (Proença & Ramos, 1996), abdicando-se do “alcance modernizador da educação” (Sousa, 1997).

Nesse sentido, torna-se claro que a educação e o ensino, aplicada nas camadas mais jovens, rapidamente se tornaram num veículo para a inculcação dos valores de exaltação da Pátria, transmitindo, deste modo, uma “doutrina moral assente na ética cristã”, satisfazendo-se com a formação da personalidade, ao invés da formação de inteligências (Sousa, 1997), transmitindo uma verdade que “convém à nação” glorificando o passado de Portugal (Carvalho, 1986).

2.2.1. O ensino da Contabilidade

A 21 de Setembro de 1931, com o Decreto-Lei 20.328, estabelece-se a necessidade de formar profissionais capazes tomar decisões práticas ao nível da Contabilidade, dotados de conhecimentos técnicos, já que “as realizações industriais e comerciais compreendem, nas múltiplas modalidades da sua atividade, funções distintas para as quais se torna necessário preparar mentalidades e competências adequadas”. Permite-se, assim, quer no âmbito do comércio tradicional, quer em relação à Contabilidade Pública, “gastar bem o que se possui e não despender mais do que os próprios recursos” (Brito, 1989).

O Decreto-Lei veio permitir a criação do Curso de Contabilista, com o objetivo de dotar os seus alunos de “funções técnicas perfeitamente definidas e absolutamente inconfundíveis”.

A reforma imposta teve por objetivo valorizar a atividade do profissional da Contabilidade, “um título profissional impreciso e incharacterístico”, possuindo como uma das suas finalidades apontar “à consideração de todos a posição oficialmente reconhecida do profissional por uma designação a que a sociedade atribua o merecido e justo valor” (Antunes, 1939).

O curso de Contabilista permitia aos seus diplomados as habilitações para exercer as funções de perito Contabilista dos tribunais de comércio, chefe de Contabilidade dos estabelecimentos fabris do Estado e de empresas industriais e comerciais, administrador de falências, serviços de fiscalização e de comissários de contas em empresas industriais e comerciais que viessem a ser criadas.

Segundo Sousa (1997), a Contabilidade, na década de 30, poderia ser ensinada em três níveis distintos:

- o Secundário, nas Escolas técnicas, o Médio, nos Institutos de Comércio (Lisboa e Porto), cujos diplomados seriam os únicos a denominar-se Contabilistas; e
- o Universitário, no Instituto de Ciências Económicas e Financeiras, “cujos diplomados se orgulhavam da denominação de Comercialistas”.

No que se refere às formalidades do ensino, durante o Estado Novo, procedeu-se a uma “compartimentação do ensino, que separava:

- sexos, pelo repúdio da coeducação; e
- grupos sociais, pela manutenção das duas vias de ensino - liceal e técnica”, tornando-se visível e notório o ajuste funcional do ensino às convicções e ideologias do regime, prevalecendo a máxima de que o “prestígio do lar e da família exigem que a futura mãe tenha uma educação de acordo com “a missão natural da mulher” (Sousa, 1997).

Nesse sentido, torna-se clara a separação, desde logo, entre homens e mulheres, no que se refere ao ensino, visto que as funções sociais da mulher, nomeadamente o cuidado e a gestão do lar, em nada se confundiam com as do homem.

2.3. Síntese

No final do capítulo, conclui-se que, durante o Estado Novo, não apenas as mulheres, mas também toda a população lutava contra elevadas taxas de analfabetismo, fruto de uma política educativa orientada e focada na devoção à Pátria, deixando de lado o desenvolvimento de mentalidades cultas e capazes de definir os seus próprios ideais.

Deste modo, e apesar da existência de algumas escolas dedicadas ao estudo da Contabilidade, tornava-se ainda mais difícil para as mulheres o acesso ao estudo da Contabilidade, numa época em que o seu papel se reduzia ao governo do lar e à obediência ao seu marido.

No capítulo seguinte é feita uma abordagem mais pormenorizada da situação das mulheres face ao estudo da Contabilidade, expondo-se a desigualdade de géneros existente no ensino ao nível da Contabilidade.

3. As mulheres e a Contabilidade: especificidades

3.1. Caso mundial

O presente subcapítulo tem por objetivo dar a conhecer, de uma forma abrangente, a desigualdade de géneros existente entre géneros, no que diz respeito ao estudo da Contabilidade, a nível mundial, atendendo ao mesmo período do Estado Novo.

3.1.1. A desigualdade entre géneros no ensino da Contabilidade

Segundo Stromquist (1990), até os anos 90, a maioria dos países, desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, revelavam uma considerável disparidade entre o sexo masculino e o sexo feminino no que diz respeito à educação, considerando-se, ainda, que as mulheres tendiam a frequentar disciplinas consideradas “femininas”, maioritariamente relacionadas com a gestão do lar e dos deveres das mulheres, ficando aquém dos homens em questões de salários, autoridade e prestígio social.

Imagem 1: Lições de gestão do lar e deveres da mulher



Fonte: Roehampton University Research Repository

Apesar disso, segundo Stromquist, entre os anos 60 e os anos 90, o acesso das mulheres à educação evoluiu significativamente (Stromquist, 1989), comparado com o caso “das suas mães e das suas avós”, registando-se um maior crescimento ao nível do acesso à educação no caso das mulheres do que no dos homens (as mulheres aumentaram a sua média de frequência escolar 0,5 anos a mais do que os homens, no mesmo período) (Horn & Arriagada, 1986).

Ainda assim, as mulheres continuavam a evidenciar níveis mais baixos relativamente aos homens, no que diz respeito à educação, posicionando-se no topo da lista África, o

sul da Ásia e Médio Oriente como as regiões onde esta disparidade se tornava mais visível, já que a proporção de mulheres que não tinham acesso à educação era entre 14 (catorze) e 21 (vinte e um) pontos percentuais acima da dos homens (Stromquist, 1990).

A igualdade de género na educação continuava, até aos anos 90, a ser alusiva nos países de Terceiro Mundo, visto que o envolvimento das mulheres na educação primária e secundária era mais baixo do que a dos homens 10 (dez) pontos percentuais em sessenta e seis dos cento e oito países em desenvolvimento (na altura), e maior em apenas oito desses cento e oito países (Sivard, 1985).

Segundo Stromquist, entre 1980 e 1990, a situação das mulheres face à educação melhorou significativamente, apesar de, na opinião do autor, existir à data, um número considerável de países que não recolhia estatísticas ao nível da educação por sexos, o que indicava que não existia preocupação com o aumento da educação para as mulheres. Mais ainda, o autor constata que estudos acerca da participação e frequência do sexo feminino na educação revelavam que as mulheres pertencentes a grupos sociais com baixos níveis salariais e baixo estatuto social eram as que demonstravam menores níveis de educação.

Para Stromquist, observando-se a desigualdade de géneros existente a nível mundial, relativamente à educação, torna-se claro que existia um fenómeno mundial que afetava mulheres das mais variadas sociedades e níveis de desenvolvimento. Assim, o autor defende que o acesso e a frequência educativa das mulheres é devido a fatores culturais e sócio-económicos. Porém, estes mesmos fatores capazes de influenciar este fenómeno não podem ser, por si só, justificativos da tamanha disparidade de géneros na educação que existia e persistia.

Neste sentido, Stromquist indica estudos que especificamente distinguem estas desigualdades entre as que se devem ao género e as que ficam a dever-se à classe social ou raça.

Segundo o autor (Stromquist, 1990), através da análise a um estudo que utiliza como dados estatísticos os census do Brasil (Rosemberg, 1987), constata-se que, dentro dos grupos raciais, existia uma igualdade de oportunidade na educação entre sexos, mas,

analisando o mesmo estudo através de uma associação entre o nível educacional e o nível salarial da população, conclui-se que a discriminação por género era mais evidente do que a discriminação por raça, o que indicava que o sistema educativo praticava uma discriminação menos evidente e pronunciada do que a sociedade no geral.

Para Stromquist, os estudos realizados no âmbito da desigualdade ao nível da educação entre géneros não questionam as razões por detrás do facto da educação das mulheres ser considerada menos importante do que a dos homens.

Assim, o autor considera que existem as Teorias Clássicas e as Teorias Feministas:

- Teorias Clássicas: podem dividir-se em abordagem funcionalista (ou consensual) e abordagem de conflito (ou neo-marxista).

Segundo Stromquist, estas teorias são incapazes de justificar as diferenças de género, pelo facto de as ignorarem, focando-se essencialmente nas diferenças sociais.

- Teorias Feministas: dividem-se entre liberais, radicais e socialistas.

Conforme Stromquist, estas teorias permitem a obtenção de explicações/justificações acerca dos níveis mais baixos de acesso e frequência à educação das mulheres, comparativamente com os homens.

3.2. Caso português: Estado Novo

Neste subcapítulo pretende-se conhecer o contexto das mulheres na sociedade portuguesa e as características do mercado de trabalho disponível para as mulheres, averiguando-se, ainda, o acesso do público feminino ao ensino e a sua adesão ao estudo da Contabilidade.

3.2.1. Contexto social envolvente das mulheres: o verdadeiro significado do que representava ser mulher no Estado Novo

Santos considera que “a importância da mulher ao longo de toda a caminhada da Humanidade tem sido, e ainda é, minimizada em muitas culturas e povos. Deste modo, a mulher surge muitas vezes, ao longo da história, reduzida a elemento reprodutor e mera força de trabalho, sem direitos nem poderes, fora de uma esfera restritíssima que lhe era

designada. E isto, porque ela tem sido considerada inferior ao homem em todos os planos - físico, intelectual e espiritual.” (Santos, 1981, p. 35).

Relativamente ao período marcado pelo Salazarismo, além da opressão, ditadura e perseguição, talvez a discriminação aplicada às mulheres, comparativamente com os homens, tenha sido um acontecimento marcante deste regime, existindo um “traço comum às Ditaduras da Europa do Sul do período entre as duas guerras”, nomeadamente as “atitudes perante as mulheres” (Cova & Pinto, 1997, p. 71).

De acordo com Cova & Pinto, apesar de a Constituição de 1933, no seu artigo quinto, com a subida de António de Oliveira Salazar ao poder, enunciar a igualdade de direitos a todos os cidadãos e a “negação de qualquer privilégio de nascimento, pobreza, (...), sexo e condição social”, ressalva o facto de, no que diz respeito à mulher, existem “diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família” (Cova & Pinto, 1997, p.72).

O regime de Salazar não aconselhava o trabalho da mulher fora de casa. O seu papel baseava-se em ser uma simples intermediária entre o pai e os filhos e cumpridora das tarefas domésticas. Nesse sentido, será de fácil entendimento o facto de que, para a ideologia política do Estado Novo, a função de exercer uma profissão e sustentar a família pertencia exclusivamente ao homem, remetendo-se para a mulher apenas o controlo do lar, de forma a proteger as relações familiares, tal como revela Pimentel, através de uma citação de Salazar: “Deixemos, portanto, o Homem a lutar com a vida no exterior, na rua...E a mulher a defendê-la, a trazê-la nos seus braços, no interior da casa” (Pimentel, 2001).

Porém, existia uma pequena minoria de mulheres, reconhecida pelo próprio Salazar pelas suas capacidades intelectuais.

António de Oliveira Salazar tinha como preferência trabalhar com mulheres cultas, intelectuais, de preferência solteiras, atribuindo-lhes altos cargos de responsabilidade dentro do “cérebro” do regime, o que o tornava completamente contraditório, já que as taxas de analfabetismo eram mais comuns entre as mulheres, fruto das ideologias do regime, visto que o número de mulheres a frequentar o ensino secundário e superior

mostrava-se consideravelmente inferior ao dos homens, até aos anos 60, apesar de se considerar que, no Portugal de Salazar, não existiram restrições às mulheres no acesso ao ensino.

Numa entrevista a António Ferro, em 1932, Salazar confessava que, em muitos lares, era a mulher que mandava “efetivamente”, funcionando como o “chefe moral da família”, e vivendo “talvez injustamente, na sujeição da chefia do homem”. Para Salazar, era essencial a distinção entre a mulher solteira, à qual seria facilitado o emprego, e a mulher casada, alegando que “nos países (...) onde a mulher casada concorre com o trabalho do homem - (...) nos escritórios, nas profissões liberais – a instituição da família (...) ameaça ruína...” (Ferro, 1932).

Durante o regime salazarista, grande parte da população exercia a sua atividade no setor primário, o mesmo se aplicando às mulheres, cuja maioria vivia no campo. Apenas a partir dos anos 50 verificou-se uma descida do número de pessoas ativas a trabalhar no setor agrícola, que sofreu uma “baixa significativa, devido à forte emigração da mão de obra”. No decorrer dos anos 60, o número de mulheres ativas aumentou, fruto da emigração maioritariamente masculina e da guerra colonial (Cova & Pinto, 1997).

No que concerne à taxa de analfabetismo em Portugal, as mulheres foram o eixo principal, visto que, em 1930, quase 70% das mulheres eram analfabetas, valores que diminuíram para metade apenas em 1960, cuja taxa de analfabetismo feminina se colocava na casa dos 36% (Cova & Pinto, 1997).

No que respeita aos seus direitos, a partir de 1939 as mulheres viram-se impossibilitadas de “exercer o comércio, celebrar contratos, administrar bens e viajar para fora do país, a menos que se mostrassem possuidoras do consentimento, por escrito, dos seus maridos. As mulheres viram-se impedidas de exercerem determinadas profissões, consideradas como destinadas única e exclusivamente a homens, sendo afastadas de cargos de chefia de cariz administrativo e da magistratura judicial (Pimentel, 2011, p.46).

O Estado Novo de Salazar optou por se reger por uma estratificação social, resultando num reduzido número de elites, que culminou numa discriminação educativa e profissional das mulheres, visto existir uma enorme disparidade entre as maioria das

mulheres portuguesas, que faziam do campo a sua vida, e as mulheres urbanas, que, pelo facto de pertencerem às mais diversas organizações femininas ou por simplesmente se enquadrarem numa classe alta, eram levadas a sério em tudo a que se propunham e respeitadas no seio da sociedade (Cova & Pinto, 1997).

A questão do analfabetismo foi sempre um fator motivador de discussão durante todo o regime salazarista, já que o próprio Salazar considerava ser “mais urgente a constituição de vastas elites do que ensinar o povo a ler” (Mónica, 1978).

Num contexto de reforma do sistema educativo, em particular numa área conhecedora da “feminização profissional crescente” (Cova & Pinto, 1997) e do início da separação dos sexos no ensino liceal, foi fundada, pelo Ministério da Educação, uma organização oficial de mulheres e de jovens (Nóvoa, 1992).

Em 1941, a educação orientada para a moralidade era a mais importante. Nos anos 50, com um avanço importante na escolarização liceal, distintamente feminino, a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF), organização estatal do Estado Novo, criada em 1937, de enquadramento obrigatório para todas as jovens entre os sete e os dezasseis anos, que estabelecia como seus objetivos a educação moral, social, cívica e física das mulheres, era considerada como mais avançada do que o resto da sociedade, mostrando-se esta incapaz de olhar para o futuro e vivendo nas sombras do passado, apesar da sua forte ligação ao catolicismo e à tradição da família. Segundo Cova & Pinto, até aos anos 60, a grande “maioria das jovens que frequentavam o ensino secundário estudavam ainda no ensino privado, onde a Igreja desempenhava um papel central” (Cova & Pinto, 1997).

3.2.2. O mercado de trabalho para a mulher

Segundo Pimentel, apesar dos esforços do regime salazarista em manter a mulher dentro de casa e dedicar-se apenas à família e ao bom funcionamento do lar, a realidade afastou-se “claramente dos objectivos ideológicos”, visto que o número de mulheres a trabalharem fora de casa foi aumentando ao longo dos anos, durante o regime de Salazar (Pimentel, 2011).

Apesar da maior preocupação do Estado Novo e da Igreja em se sustentarem no trabalho feminino nas indústrias, o acesso das mesmas a outras profissões representava também

um sinal de alarme. Em 1945, António Augusto Pires de Lima propõe a proibição do trabalho feminino na administração estatal e a redução das profissões, sobretudo liberais, às quais as mulheres pudessem ter acesso, impedindo assim o seu ingresso a carreiras diplomáticas, à magistratura judicial e à chefia administrativa.

3.2.3. O acesso do público feminino ao ensino

Com ideais como “o lugar da mulher é em casa” e de que a sua “missão é a de se ocupar do lar e de ser a sua guardiã”, torna-se claro que o acesso das mulheres à educação era limitado, na maioria dos casos apenas possibilitado às mulheres da cidade (Cova & Pinto, 1997).

Durante o Estado Novo, apenas uma pequena percentagem das mulheres se podiam considerar como trabalhadoras ativas, dadas as percentagens de 17% no início do regime, e 22,7% em 1950, ocupando-se, maioritariamente, do setor primário. Apenas a partir dos anos 60, torna-se evidente um número maior de mulheres empregadas, devido à “explosão” do setor terciário (Cova & Pinto, 1997).

No seu discurso a 20 de Janeiro de 1936, António Carneiro Pacheco, então ministro da Instrução Pública, reconhecia que em Portugal se assistia a um “deficit de mentalidade”, fruto da falta de consciência do verdadeiro valor da nação, o que se refletia negativamente na educação principalmente das crianças e dos jovens (Pimentel, 2011).

No que concerne ao analfabetismo, Carneiro Pacheco conseguiu a sua redução, mas apenas e só até onde essa redução foi “permitida”, já que, para o regime, o povo precisava somente de saber ler e escrever o mínimo para serem “educados”, capazes de interiorizar a ideologia salazarista e os princípios do Estado Novo (Pimentel, 2011).

Torna-se claro o longo e lento processo que foi o da emancipação da mulher, numa sociedade que sustentava a sua base no regime de Salazar. Apesar de ser reconhecida a questão da instrução feminina pela sociedade portuguesa durante a primeira metade do século XX, a verdade é que esta apreensão apenas se limitava em proteger a considerada “função tradicional da mulher enquanto educadora e responsável pela formação da primeira infância“. Nesse sentido, a preocupação da sociedade não se guiava por

assegurar a emancipação da mulher ou os meios que lhe permitissem escolher e determinar o seu futuro, mas antes prepará-la para o “cumprimento da missão de mãe de família” (Sarmiento, 2007, p. 293).

Apesar das contrariedades, as mulheres portuguesas escreveram a sua própria história, não se deixando guiar pelas influências de subalternização. O governo de Salazar mostrou-se incapaz de evitar a “ascensão intelectual e a mobilidade social das mulheres”, de que é exemplo o aumento, ao longo dos anos e durante o período do Estado Novo, do ensino e sucesso escolar feminino. Nos anos 60, a frequência liceal era já maioritariamente feminina, mostrando uma tendência crescente em simultâneo com a feminização no ensino superior (Sarmiento, 2007).

Como resultado sobram as contradições da política de Salazar em relação às mulheres. Por um lado, a exaltação e a defesa do conservadorismo em relação ao público feminino, por outro a concessão de direitos apenas a uma elite de mulheres, fiéis católicas e doutrinadas, pertencentes a uma classe média e alta, descurando, portanto, a grande maioria das jovens portuguesas, pertencentes a meios rurais e operários, e ao setor terciário (Sarmiento, 2007).

Durante toda a década de 30, a escolaridade feminina era muito inferior à masculina, facto que podia ser influenciado, também, pela variação regional.

Num período que abrangeu os anos 40, a situação das mulheres relativamente à educação não era, de modo algum, sua favorável, devido ao facto de estas representarem apenas cerca de um sexto da totalidade dos estudantes universitários (Nunes, 1968b). Contudo, no ano de 1945, assistiu-se a uma “invasão dos liceus pelas raparigas”, bem como nos estabelecimentos mistos, ficando a dever-se ao facto de se considerar que os liceus formavam as raparigas para serem “doutoras”, e não para meras “boas donas de casa” (Pimentel, 2011).

Com o aproximar do fim da década de 50, tornavam-se claras as ideologias salazaristas sobre o ensino primário, que se limitavam a ensinar a ler, a escrever e a fazer contas, com o intuito de não desenvolver a cultura da população, impondo barreiras ao desenvolvimento de opiniões e da busca pelo liberalismo.

No ano de 1956, a escolaridade obrigatória foi aumentada para quatro anos para o sexo masculino, sendo o mesmo conseguido, em 1960, para o sexo feminino, pelo esforço do ministro Francisco Leite Pinto. Neste mesmo ano (1960) os níveis de escolaridade feminina eram quase iguais aos da escolaridade masculina (428 047 raparigas para 450 188 rapazes, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística), constatando-se, ainda, que o êxito escolar feminino cresceu ao longo dos anos, chegando mesmo a ultrapassar o masculino (Pimentel, 2011).

Num intervalo de trinta anos, de 1930 até 1960, a “população escolar liceal sextuplicou” e esse aumento deu-se particularmente na década de 50. Este aumento substancial fez-se notar por ser particularmente feminino, já que, no ano de 1963, haviam mais raparigas a estudar nos liceus do que rapazes (Pimentel, 2011, p. 122).

O aproveitamento escolar era outro dos campos controlados pelas mulheres, uma vez que o número de chumbos era inferior no domínio feminino, existindo mais alunas a terminar o liceu (Pimentel, 2011), deixando assim a sua marca no ensino durante uma época notoriamente adepta da discriminação. Segundo um estudo de Adérito Sedas Nunes (Nunes, 1968b), quanto maior fosse se mostrasse a exigência e o grau de seleção ao ensino superior, mais se denotava a taxa de feminização.

3.2.4. A adesão das mulheres ao estudo da contabilidade

Relativamente às diferenças no acesso à educação, Candelas & Simões (1999), durante o Estado Novo existia a máxima de que o acesso deveria ser em função do sexo, verificando-se que “dez homens obtêm um diploma de ensino primário, apesar de quatro o fazerem em idade adulta, e apenas cinco mulheres obtêm o mesmo diploma, duas das quais num período pós escolar” (Simões, 1998).

A evolução do ensino apresenta uma evolução diferente para os homens e para as mulheres, “sendo mais precoce no caso masculino. Nos homens, o momento decisivo encontrar-se-á na transição da «geração dos bisavôs» para a «geração dos avôs», nas mulheres as grandes diferenças encontrar-se-ão na passagem da «geração dos avôs» para a «geração dos pais»” (Candelas & Simões, 1999, p.182-183).

Segundo Maltby e Rutterford, a experiência das mulheres na Contabilidade surgiu bem cedo, durante o início do período moderno, com as “suas responsabilidades pessoais e domésticas”, no sentido de gerirem as suas casas e orçamento familiar (Maltby & Rutterford, 2006).

3.3. Síntese

Com o fim do terceiro capítulo, concluiu-se que, apesar das mulheres terem enfrentado, desde muito cedo, várias adversidades no que concerne ao seu acesso ao estudo da Contabilidade, sempre demonstraram interesse e dedicação na compreensão da mesma.

No caso português, várias foram as limitações que lhes foram impostas ao nível do ensino, de uma forma geral, desde logo o papel que lhe era atribuído pela sociedade, que passava sim pela gestão e conservação do lar, e não pelo desenvolvimento do seu intelecto. Porém, e ainda assim, existiram casos de mulheres que lutaram por uma igualdade de oportunidades, ao nível da Contabilidade, conseguindo algo impensável para a maioria das mulheres da sua sociedade.

No capítulo que se segue procede-se a uma interpretação dos resultados obtidos com a investigação.

4. Caso prático e interpretação dos resultados obtidos

No quarto capítulo efetua-se a análise empírica resultante dos dados obtidos através do Instituto Nacional de Estatística, acerca do acesso das mulheres portuguesas ao estudo da Contabilidade, entre 1940 e 1974.

Nesse sentido, pretende-se ir ao encontro dos objetivos do presente estudo, avaliando-se, assim, o número de mulheres inscritas no curso de Contabilidade, ao longo do período estudado, e recorrendo-se ao cálculo de médias e desvios padrão, com o intuito de se aferir a forma e/ou sentido de evolução.

O capítulo é dividido por anos, de forma a permitir uma melhor interpretação dos resultados obtidos, sendo eles a década de 40, a década de 50, a década de 60, o período de 1970-1974 e, finalmente, o período de 1940-1974.

4.1. Década de 40

Através de uma análise ao Quadro 2, denota-se que o início dos anos 40 traçava um longo caminho a percorrer pelas mulheres portuguesas em busca da igualdade no acesso ao estudo da Contabilidade, sublinhando a máxima de que o regime salazarista iniciava assim a sua procura com ideais de que “o lugar da mulher é em casa” e de que a sua “missão é a de se ocupar do lar e de ser a sua guardiã”, torna-se clara a existência de um acesso limitado à educação pelas mulheres (Cova & Pinto, 1997).

O facto de se assistir a uma falta de consciência, por parte do regime de Salazar, do verdadeiro significado da palavra “Nação” e, conseqüentemente, do seu reflexo negativo na educação, fazia com que em Portugal se assistisse a um “deficit de mentalidade”, segundo admitia António Carneiro Pacheco, ministro da Instrução Pública (Pimentel, 2011).

Com a iminência do fim da Segunda Guerra Mundial, e de acordo com o Quadro 1, torna-se claro o aumento de alunos matriculados em Contabilidade no ano letivo de 1943-1944, comparativamente com o ano letivo de 1940-1941, chegando a atingir quase cinco vezes mais o seu número.

Quadro 1: Número de alunos matriculados no curso de Contabilidade, na década de 40

	1940-1941	1943-1944	1945-1946	1946-1947	1948-1949	1949-1950
Nº de alunos matriculados	519	2567	2894	2838	1413	1550

Fonte: Elaboração Própria

No caso das mulheres torna-se ainda mais evidente esse aumento, tendo em consideração o ano letivo de 1943-1944, em relação ao ano letivo de 1940-1941.

Quer no caso do número total de alunos (homens e mulheres), quer no caso específico das mulheres, verifica-se uma diminuição do número de matrículas no ano letivo de 1948-1949, sofrendo o ano letivo de 1949-1950 um pequeno crescimento em ambos os casos.

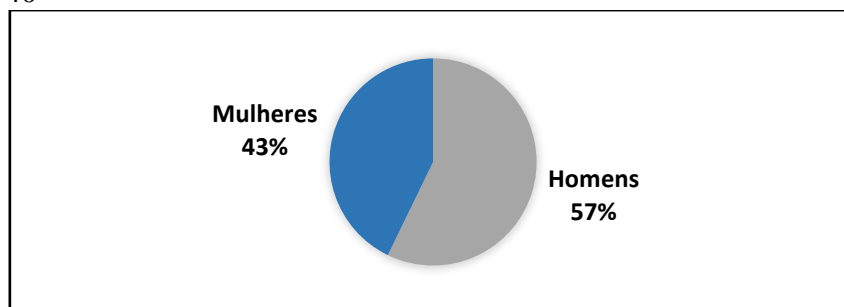
Quadro 2: Número de mulheres matriculadas no curso de Contabilidade, na década de 40

	1940-1941	1943-1944	1945-1946	1946-1947	1948-1949	1949-1950
Nº de mulheres matriculadas	50	1325	1511	1518	300	339

Fonte: Elaboração Própria

Torna-se evidente, através de uma análise à Figura 1 que, na década de 40, apesar de existir um maior número de homens matriculados no curso de Contabilidade (57% dos alunos matriculados eram homens, contra os 43% de alunos do sexo feminino), os valores indicam que o país estava perto de alcançar uma igualdade de géneros no que concerne ao estudo da Contabilidade em Portugal.

Figura 1: Relação do número de alunos matriculados no curso de Contabilidade, na década de 40



Fonte: Elaboração Própria

Na década de 40, o número médio de alunos matriculados no curso de Contabilidade era de 1964 alunos, de acordo com o Quadro 3.

Quadro 3: Média do número de alunos matriculados no curso de Contabilidade, na década de 40

	1940-1941	1943-1944	1945-1946	1946-1947	1948-1949	1949-1950	MÉDIA
Nº de alunos matriculados	519	2567	2894	2838	1413	1550	1963,50

Fonte: Elaboração Própria

Relativamente às mulheres, o número médio de alunas a acederem ao estudo da Contabilidade rondava os 841 alunos do sexo feminino (Quadro 4), valor que representa quase metade do número médio total de alunos matriculados, reforçando o facto de que, nos anos 40, o país estava muito perto de atingir uma igualdade de géneros no estudo da Contabilidade.

Quadro 4: Média do número de mulheres matriculadas no curso de Contabilidade, na década de 40

	1940-1941	1943-1944	1945-1946	1946-1947	1948-1949	1949-1950	MÉDIA
Nº de mulheres matriculadas	50	1325	1511	1518	300	339	840,50

Fonte: Elaboração Própria

De acordo com uma análise ao Quadro 5, constata-se que a média de mulheres matriculadas em Contabilidade é de 841 alunas e que o desvio padrão é de 680 mulheres³, o que significa que, na década de 40, existiu um número de mulheres inscritas no curso de Contabilidade entre 161 e 1520 alunas.

³ Desvio Padrão é a medida que indica a dispersão dos dados dentro de uma amostra, apurando de que forma os resultados diferem da média. Quanto mais próximo de zero, menos os dados medidos variam em torno na média.

Quadro 5: Desvio Padrão do número de mulheres matriculadas no curso de Contabilidade, na década de 40

	1940-1941	1943-1944	1945-1946	1946-1947	1948-1949	1949-1950	MÉDIA	DESVIO PADRÃO
Nº de mulheres matriculadas	50	1325	1511	1518	300	339	840,50	679,9779

Fonte: Elaboração Própria

4.2. Década de 50

Com o início dos anos 50, Portugal torna-se membro da ONU (Organização das Nações Unidas), o que permitiu, de certa forma, um maior desenvolvimento do país e abertura a novos ideais, através da influência exercida pelos restantes países, pertencentes à mesma organização (Oliveira et al, 2004).

A década de 50 ficou marcada por algum desenvolvimento tecnológico e crescimento da economia. Verificou-se, ainda, uma melhoria das condições de vida da população, com a energia elétrica a tornar-se acessível a uma grande parte da população (Oliveira et al, 2004).

Quadro 6: Número de alunos matriculados no curso de Contabilidade, na década de 50

	1950-1951	1951-1952	1952-1953	1953-1954	1954-1955	1956-1957	1958-1959
Nº de alunos matriculados	1459	1235	1199	1148	17007	20633	562

Fonte: Elaboração Própria

Nesse sentido, as ideologias salazaristas sobre o ensino primário, que se limitavam a ensinar a ler, a escrever e a fazer contas, impondo barreiras ao desenvolvimento da cultura e da busca pelo liberalismo, começavam a perder força, dando-se assim uma maior relevância à educação em Portugal, tal como se constata nos Quadros 6 e 7.

Quadro 7: Número de mulheres matriculadas no curso de Contabilidade, na década de 50

	1950-1951	1951-1952	1952-1953	1953-1954	1954-1955	1956-1957	1958-1959
Nº de mulheres matriculadas	307	258	241	220	4268	5276	85

Fonte: Elaboração Própria

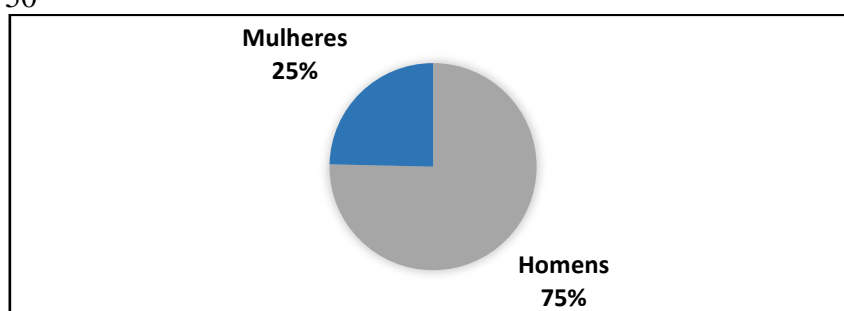
A escolaridade obrigatória foi aumentada para quatro anos para o sexo masculino, em 1956, pelo esforço do ministro Francisco Leite Pinto.

Num intervalo de trinta anos, de 1930 até 1960, a “população escolar liceal sextuplicou” e esse aumento deu-se particularmente na década de 50 (Pimentel, 2011), tal como se verifica pela observação dos Quadros 6 e 7, tornando-se evidente um crescimento muito significativo no ano letivo de 1954-1955, quer em relação ao número total de alunos (homens e mulheres) inscritos no curso de Contabilidade, quer no caso particular das mulheres.

Salienta-se, ainda, o facto de, no ano letivo de 1958-1959, o número de alunos matriculados em Contabilidade, quer do sexo masculino, quer do sexo feminino, ter diminuído substancialmente, em relação aos dois anos letivos anteriores, diminuição esta justificada pela iminência da Guerra Colonial (1961).

De acordo com a Figura 2, e ao contrário do que verifica na década de 40, torna-se clara a existência de uma desigualdade de géneros, já que, nos anos 50, 75% dos alunos matriculados no curso de Contabilidade eram homens, e apenas 25% eram mulheres, sublinhando-se o facto de o estudo da Contabilidade, na década em questão, ser maioritariamente acedido por alunos do sexo masculino, vigorando o ideal de que os negócios deviam ser geridos por homens.

Figura 2: Relação do número de alunos matriculados no curso de Contabilidade, na década de 50



Fonte: Elaboração Própria

Relativamente ao número médio de alunos (homens e mulheres) matriculados no curso de Contabilidade na década de 50 (Quadro 8), constata-se que o seu número mais que triplicou em relação à década de 40, reforçando o facto de que os anos 50 ficaram marcados por um aumento considerável da população escolar (Pimentel, 2011).

Quadro 8: Média do número de alunos matriculados no curso de Contabilidade, na década de 50

	1950-1951	1951-1952	1952-1953	1953-1954	1954-1955	1956-1957	1958-1959	MÉDIA
Nº de alunos matriculados	1459	1235	1199	1148	17007	20633	562	6177,57

Fonte: Elaboração Própria

No caso específico das mulheres, esse aumento torna-se também evidente (Quadro 9), apesar de não ser tão acentuado, já que o número médio de mulheres matriculadas em Contabilidade quase que duplicou na década de 50.

Quadro 9: Média do número de mulheres matriculadas no curso de Contabilidade, na década de 50

	1950-1951	1951-1952	1952-1953	1953-1954	1954-1955	1956-1957	1958-1959	MÉDIA
Nº de mulheres matriculadas	307	258	241	220	4268	5276	85	1522,14

Fonte: Elaboração Própria

Através de uma análise ao Quadro 10, verifica-se que a média de mulheres matriculadas em Contabilidade, na década de 50, é de 1522 alunas, e que o número de alunas inscritas no mesmo período variou entre -718 e 3762.

Quadro 10: Desvio Padrão do número de mulheres matriculadas no curso de Contabilidade, na década de 50

	1950-1951	1951-1952	1952-1953	1953-1954	1954-1955	1956-1957	1958-1959	MÉDIA	DESVIO PADRÃO
Nº de mulheres matriculadas	307	258	241	220	4268	5276	85	1522,14	2240,0930

Fonte: Elaboração Própria

4.3. Década de 60

A década de 60 ficou marcada, na íntegra, pela Guerra Colonial, que teve início em 1961, tornando-se de fácil compreensão que este acontecimento veio culminar num retrocesso da educação, não só pelo facto de milhares de jovens se virem obrigados a partir em nome da sua Pátria, pelo facto de um número considerável de portugueses ter partido para outros países europeus e fora da Europa em busca de melhores condições de vida, mas também pela existência de uma preocupação exclusiva do país na conquista de colónias, em detrimento de muitos outros assuntos relevantes, nomeadamente o desenvolvimento da educação.

Em 1960, com o aumento da escolaridade obrigatória para quatro anos para o sexo feminino, os níveis de escolaridade feminina mostravam numa situação praticamente semelhante aos da escolaridade masculina (428 047 raparigas para 450 188 rapazes, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística), constatando-se, ainda, que o êxito escolar feminino cresceu ao longo dos anos, chegando mesmo a ultrapassar o masculino (Pimentel, 2011). O aumento considerável na escolaridade liceal fez-se notar particularmente no sexo feminino, uma vez que, em 1963, haviam mais raparigas a estudar nos liceus do que rapazes (Pimentel, 2011).

Quadro 11: Número de alunos matriculados no curso de Contabilidade, na década de 60

	1960-1961	1962-1963	1964-1965	1966-1967	1967-1968	1968-1969	1969-1970
Nº de alunos matriculados	301	469	612	368	837	793	762

Fonte: Elaboração Própria

Os Quadros 11 e 12 permitem verificar a diminuição clara que se deu na década de 60 do número de alunos matriculados no curso de Contabilidade, quer ao nível dos homens, quer ao nível das, relativamente à década de 50.

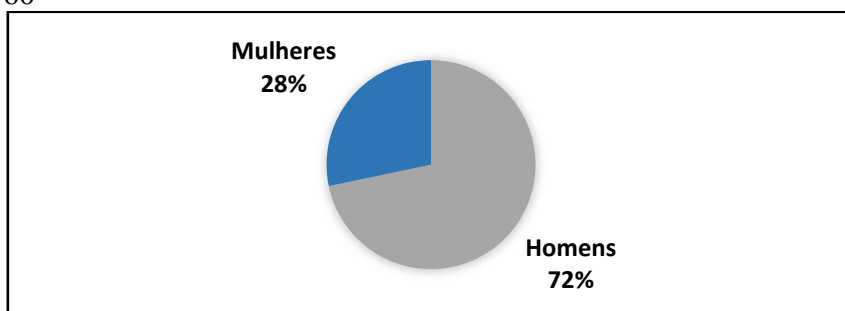
Quadro 12: Número de mulheres matriculadas no curso de Contabilidade, na década de 60

	1960-1961	1962-1963	1964-1965	1966-1967	1967-1968	1968-1969	1969-1970
Nº de mulheres matriculadas	54	113	164	132	252	241	271

Fonte: Elaboração Própria

A Figura 3 permite constatar que, apesar da década de 60 ter ficado marcada por uma considerável diminuição geral do número de alunos matriculados em Contabilidade (ambos os sexos), comparativamente com a década anterior, a percentagem de mulheres a aceder ao curso de Contabilidade, em relação ao número total de alunos matriculados, aumentou na década de 60, já que, nos anos 50 apenas 25% dos alunos eram mulheres e, nos anos 60, esse número subiu para 28%.

Figura 3: Relação do número de alunos matriculados no curso de Contabilidade, na década de 60



Fonte: Elaboração Própria

Como seria de esperar, a média de alunos matriculados em Contabilidade sofreu, também, uma grande descida, passando-se 6178 alunos inscritos nos anos 50 para 563 alunos nos anos 60 (Quadro 13).

Quadro 13: Média do número de alunos matriculados no curso de Contabilidade, na década de 60

	1960-1961	1962-1963	1964-1965	1966-1967	1967-1968	1968-1969	1969-1970	MÉDIA
Nº de alunos matriculados	301	469	612	368	837	793	762	563,33

Fonte: Elaboração Própria

No caso específico das mulheres, verifica-se que existiu uma diminuição, na década de 60, para sensivelmente um quinto da população feminina matriculada em Contabilidade, em relação à década de 50 (Quadro 14).

Quadro 14: Média do número de mulheres matriculadas no curso de Contabilidade, na década de 60

	1960-1961	1962-1963	1964-1965	1966-1967	1967-1968	1968-1969	1969-1970	MÉDIA
Nº de mulheres matriculadas	54	113	164	132	252	241	271	175,29

Fonte: Elaboração Própria

Na década de 60, constata-se que a média de mulheres inscritas no curso de Contabilidade baseia-se nas 175 alunas, e que o número de alunas matriculadas em Contabilidade variou entre 94 e 257 (Quadro 15), representando assim os valores mais baixos em todo o período estudado.

Quadro 15: Desvio Padrão do número de mulheres matriculadas no curso de Contabilidade, na década de 60

	1960-1961	1962-1963	1964-1965	1966-1967	1967-1968	1968-1969	1969-1970	MÉDIA	DESVIO PADRÃO
Nº de mulheres matriculadas	54	113	164	132	252	241	271	175,29	81,6042

Fonte: Elaboração Própria

4.4. Período de 1970-1974

No início da década de 70, a população portuguesa era ainda consideravelmente analfabeta, relativamente à maioria dos restantes países europeus (Quadro 16).

O país acabava de sair de uma década (60) de elevados níveis de pobreza e de emigração, consequência da Guerra Colonial do Ultramar ainda decorrente nos inícios dos anos 70, e de um forte condicionalismo à industrialização, tornando Portugal num país atrasado tecnológica e culturalmente (Oliveira, Cantanhede, Catarino, Mendonça, & Torrão, 2004).

Quadro 16: Taxa de analfabetismo, segundo os Censos

Anos	Sexo		
	Total	Masculino	Feminino
1970	25,7	19,7	31,0

Fonte: INE, PORDATA

Nota: Proporção-%

Através de uma análise aos Quadros 17 e 18, verifica-se que, na primeira metade da década de 70, o número de alunos matriculados (homens e mulheres) no curso de Contabilidade aumentou, em relação à década anterior.

Quadro 17: Número de alunos matriculados no curso de Contabilidade, entre 1970 e 1974

	1970-1971	1971-1972	1972-1973	1973-1974
Nº de alunos matriculados	830	836	1128	1662

Fonte: Elaboração Própria

Salienta-se um aumento do número de alunos no ano letivo de 1972-1973, em vésperas de uma revolução, aumento esse mais evidente em relação ao sexo feminino, que cresceu 57% no ano letivo de 1972-1973, comparativamente com o ano letivo anterior (Quadro 18).

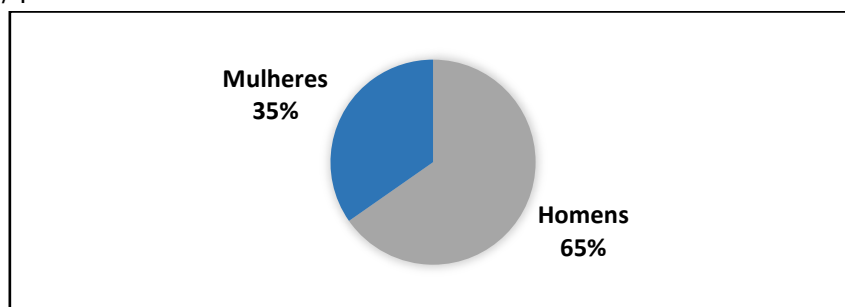
Quadro 18: Número de mulheres matriculadas no curso de Contabilidade, entre 1970 e 1974

	1970-1971	1971-1972	1972-1973	1973-1974
Nº de mulheres matriculadas	268	280	439	553

Fonte: Elaboração Própria

No seguimento do facto já observado na década anterior (60), constata-se que, no período entre 1970 e 1974, existiu um crescimento de 25% do número de alunas matriculadas em Contabilidade, pelo facto de, nos anos 60, 28% dos alunos matriculados em Contabilidade serem do sexo feminino e, no período 1970-1974, esse valor ter aumentado para 35% (Figura 4), o que demonstra que, desde a década de 40 e até 1974, o número de mulheres inscritas no curso de Contabilidade foi aumentando de década para década.

Figura 4: Relação do número de alunos matriculados no curso de Contabilidade, entre 1970 e 1974



Fonte: Elaboração Própria

No que concerne ao número médio de alunos matriculados (total) no curso de Contabilidade, verifica-se, através de uma análise ao Quadro 19, que existiu, no período de 1970 a 1974, um aumento de 85% relativamente à década anterior, já que o número médio de alunos passou de 563 nos anos 60 para 1044 entre 1970 e 1974.

Quadro 19: Média do número de alunos matriculados no curso de Contabilidade, entre 1970 e 1974

	1970-1971	1971-1972	1972-1973	1973-1974	MÉDIA
Nº de alunos matriculados	830	836	1128	1662	1043,60

Fonte: Elaboração Própria

O mesmo se constata no caso particular das mulheres, que cresceu duas vezes mais no período de 1970-1974, passando de um número médio de alunas matriculadas de 175 nos anos 60 para 385 em 1970-1974, reforçando o facto de que as mulheres, a pouco e pouco, acediam cada vez mais ao estudo da Contabilidade (Quadro 20).

Quadro 20: Média do número de mulheres matriculadas no curso de Contabilidade, entre 1970 e 1974

	1970-1971	1971-1972	1972-1973	1973-1974	MÉDIA
Nº de mulheres matriculadas	268	280	439	553	385,00

Fonte: Elaboração Própria

Através de uma análise ao Quadro 21, verifica-se que, tendo a média de mulheres matriculadas em Contabilidade se fixado nas 385 alunas, o número de mulheres inscritas no curso de Contabilidade, no período de 1970 a 1974, variou entre 249 e 521 alunas.

Quadro 21: Desvio Padrão do número de mulheres matriculadas no curso de Contabilidade, entre 1970 e 1974

	1970-1971	1971-1972	1972-1973	1973-1974	MÉDIA	DESVIO PADRÃO
Nº de mulheres matriculadas	268	280	439	553	385,00	136,4478

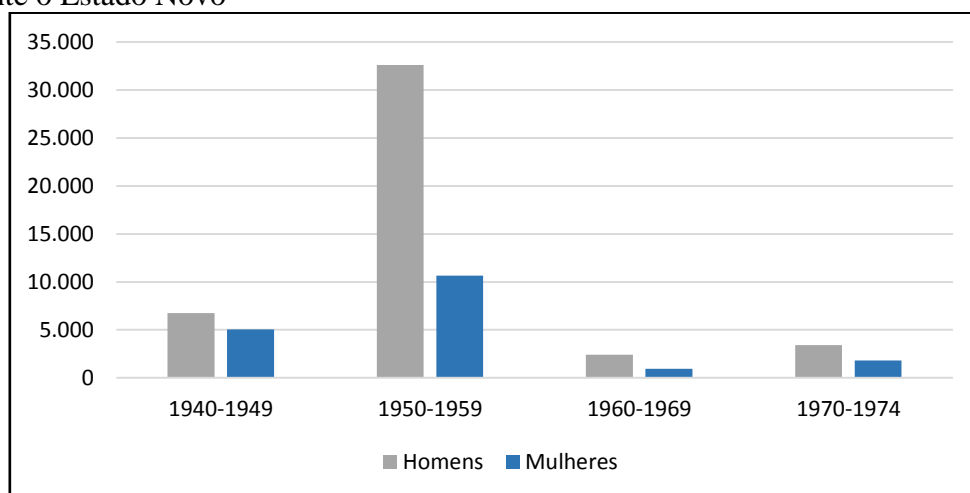
Fonte: Elaboração Própria

4.5. Período de 1940-1974

Tendo por base uma análise ao período estudado (1940-1974), verifica-se que, na década de 40, o número de mulheres matriculadas em Contabilidade aproximava-se do número de homens inscritos no mesmo curso, já que 43% dos alunos matriculados eram do sexo feminino, e 57% do sexo masculino.

A década de 50 ficou marcada pela melhoria, ainda que aquém do espectável, das condições de vida da população, e por ser a década, de todas as do Estado Novo, caracterizada pelo crescimento da economia e pelo aumento da população escolar, tal como se constata na Figura 5, no qual se verifica que existiu um crescimento bastante significativo do número de alunos matriculados em Contabilidade, especialmente em relação ao sexo masculino.

Figura 5: Evolução do número de alunos matriculados no curso de Contabilidade, durante o Estado Novo

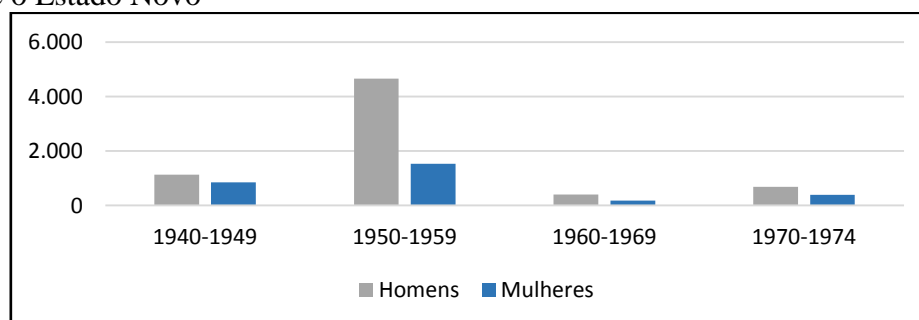


Fonte: Elaboração Própria

Durante a década de 60, marcada pela Guerra Colonial no Ultramar, que por sua vez influenciou negativamente a educação em Portugal, a média de alunos matriculados em Contabilidade diminuiu consideravelmente, quer ao nível do sexo masculino, quer do sexo feminino, passando o número médio de alunas matriculadas no curso de Contabilidade de 1522, nos anos 50, para 175 na década de 60 (Figura 6).

Por fim, no período entre 1970 e 1974 verifica-se um pequeno aumento dos alunos inscritos em Contabilidade, num ambiente pré-revolucionário, tendo inclusive o número de alunos do sexo feminino aumentado mais do que o número de alunos do sexo masculino, tornando-se, assim, válida a conclusão de que, ao longo das três décadas e meia observadas, o número de mulheres que acediam ao curso de contabilidade foi aumentando com o passar do tempo e apesar das adversidades às quais estavam sujeitas, ao contrário do número de homens, que foi diminuindo de década para década.

Figura 6: Evolução da média de alunos matriculados no curso de Contabilidade, durante o Estado Novo

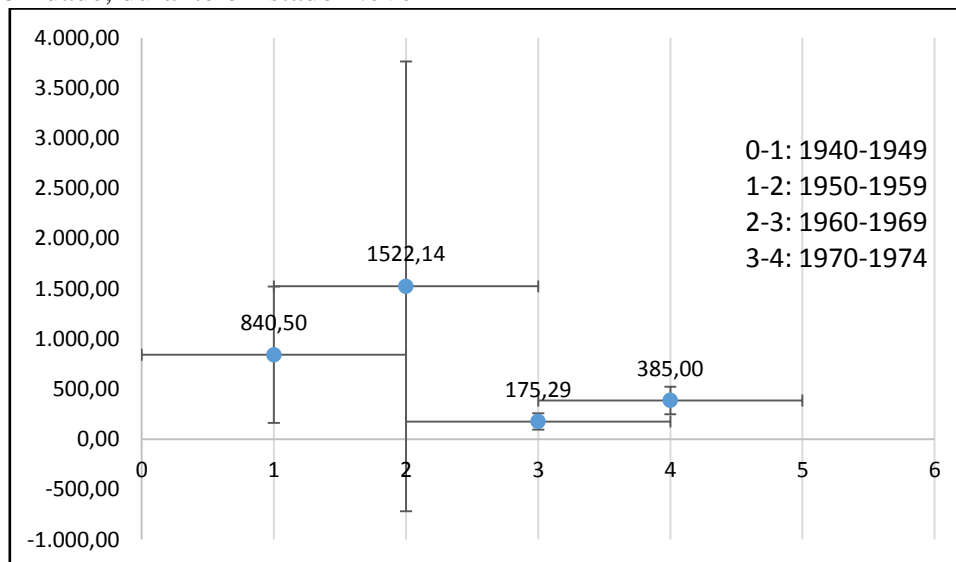


Fonte: Elaboração Própria

De acordo com a Figura 7, reconhece-se que:

- I. Na década de 40, o número de mulheres matriculadas em Contabilidade variou entre 161 e 1520 alunas;
- II. Na década de 50 foi registada a maior dispersão de valores em relação à média, tendo o número de alunas inscritas no curso de Contabilidade variado entre -718 e 3762;
- III. Contrariamente, na década de 60 a dispersão de valores em relação à média apresentou os menores valores, já que o número de alunas matriculadas variou entre 94 e 257;
- IV. No período entre 1970 e 1974, o número de mulheres inscritas no curso de Contabilidade variou entre 249 e 521 alunas.

Figura 7: Desvio Padrão do número de mulheres matriculadas no curso de Contabilidade, durante o Estado Novo



Fonte: Elaboração Própria

Conclusões

Neste capítulo expõem-se as principais conclusões do estudo efetuado, com o intuito de responder ao objetivo principal da investigação. Posteriormente serão identificadas as contribuições e limitações da investigação, bem como recomendações para eventuais estudos futuros.

Alguns autores acreditam que a experiência das mulheres na Contabilidade surgiu bem cedo, durante o início do período moderno, através da gestão de responsabilidades pessoais e domésticas.

Com o desenvolvimento da Grã-Bretanha como uma nação comercial, a partir do século XVI passaram a existir necessidades ao nível da educação, incapazes de serem satisfeitas pelas escolas gramaticais existentes, demasiado tradicionalistas, que não ensinavam aos seus alunos a técnica e a prática ao nível do comércio e da escrituração. Ao longo dos anos, até finais do século XVIII, apesar de existirem indícios da ocorrência de algumas mudanças ao nível da educação, até mesmo ao nível da educação empresarial, nenhuma destas mudanças teve como preocupação a Contabilidade.

As tentativas de algumas escolas de gramática na busca da mudança educacional eram insuficientes para atender aos requisitos de Contabilidade de uma sociedade em transição. Nesse sentido, na procura de escolas capazes de atender às necessidades de alunos cuja orientação se baseava no comércio e na escrituração, durante os séculos XVII e XVIII, foram criadas as chamadas academias e aulas de professores particulares, que ensinavam Contabilidade numa economia de expansão comercial, industrial e agrícola.

Estas escolas (academias), instituições privadas, utilizavam diferentes métodos de ensino e ofereciam um currículo mais diverso para uma sociedade contemporânea, caracterizada pela existência de um grande número de disciplinas matemáticas e técnico-profissionais.

No caso particular do sexo feminino, existem poucos indícios de que estas academias tenham atendido às necessidades contabilísticas das mulheres, justificada pelo facto de

se considerar que a mulher deveria reduzir as suas responsabilidades ao governo do lar e não ao desenvolvimento dos seus estudos, muito menos na área do comércio e da escrituração, considerada como do domínio dos homens.

Durante o século XVIII, o habitual seria os pais oferecerem uma educação às suas filhas, quer em escolas privadas, quer recorrendo à educação em casa, para a instrução em Inglês, Escrita, Aritmética, sendo esta última ensinada apenas até ao ponto em que as raparigas soubessem “fazer contas”, Desenho, Bordado, Dança e um pouco de Francês, tornando clara a ocorrência de uma exclusão das mulheres do domínio da Contabilidade, sem prejuízo de existirem evidências de que as mulheres foram capazes de utilizar as suas habilidades na Contabilidade para além da gestão doméstica.

Na esfera do caso português, a ideologia do Estado Novo pautou-se pela utilização de uma política de exaltação da Pátria e dos seus heróis, pela defesa das tradições culturais e artísticas, pela exaltação do catolicismo, e pela valorização do estilo de vida português, ligado à terra e à família.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, a agricultura continuava a ser o principal setor de atividade em Portugal, sendo a população portuguesa maioritariamente rural, em consequência da “exaltação rural”, tornando Portugal num país extremamente atrasado, incapaz de acompanhar o desenvolvimento económico que se verificou nos restantes países da Europa.

A partir dos anos 50, o governo português de Salazar pôs em prática um conjunto de medidas com o objetivo de estimular o desenvolvimento industrial em Portugal, através da criação de uma série de indústrias.

Nesse contexto, surge a importância da Contabilidade em Portugal, não só pela sua relevância na indústria portuguesa, através da aplicação de uma contabilidade analítica que permitia a quantificação e redução de custos, como também na reorganização das finanças públicas, demonstrando ser um sistema de informação com enorme relevância no desenvolvimento económico do país.

Ainda assim, Portugal atravessava um árduo percurso relativamente à educação, devido ao facto de existirem diversas dificuldades em expandir o ensino, fruto de uma contração de custos, política esta resultante da depressão mundial então vivida.

Relativamente às formalidades do ensino, durante o Estado Novo, verificou-se a existência de uma compartimentação do ensino, que separava os alunos por géneros, devido ao repúdio da sociedade pela coeducação, tornando-se notório o ajuste que era feito ao nível do ensino para ir ao encontro das convicções e ideologias do regime. Deste modo, torna-se clara a separação, desde logo, entre homens e mulheres, no que se refere ao ensino, visto o objetivo de que as funções sociais da mulher em nada se confundissem com as do homem.

Durante a era de Salazar, o sistema educativo português pautou-se pela implementação de políticas que se mostravam em conformidade com o pensamento pedagógico que então vigorava. Desde logo, era representado por um único livro de leitura no ensino primário, caracterizado pelas suas alusões aos bons costumes, à família, à religião, e ao trabalho no campo, através de textos e imagens defensores de ideais nacionalistas e cristãos.

No período entre 1940 e 1974, o ensino em Portugal ficou caracterizado pela adoção de uma política restritiva e conservadora, no sentido de se adotar uma contenção de custos numa época de depressão económica, fruto do pós-Segunda Guerra Mundial. A este acontecimento juntava-se a forte corrente conservadora do regime salazarista, que, aliando o útil ao ideológico, aplicava uma política restritiva intelectual, obtendo assim uma “população fácil de manipular”, ao mesmo tempo que reduzia as despesas do Governo, em detrimento do desenvolvimento ideológico e racional dos portugueses.

Com a criação do Curso de Contabilista, passou a ser possível dotar os alunos de capacidades técnicas bem definidas, valorizando-se, assim, a atividade profissional da Contabilidade, com a finalidade de dar a conhecer à população a importância da profissão, reconhecendo o seu mérito e merecido justo valor.

A nível mundial, e até aos anos 90, a maioria dos países, quer desenvolvidos, quer em vias de desenvolvimento, revelavam uma considerável desigualdade entre géneros no

que diz respeito à educação, considerando-se, ainda, que as mulheres tendiam a frequentar disciplinas consideradas “femininas”, maioritariamente relacionadas com a gestão do lar e dos deveres das mulheres, ficando aquém dos homens em questões de salários, autoridade e prestígio social.

Apenas a partir dos anos 60 é que se considera que o acesso das mulheres à educação evoluiu significativamente, registando-se inclusive um maior crescimento ao nível do acesso à educação no caso das mulheres do que no dos homens.

Torna-se evidente que existia um fenómeno mundial que afetava mulheres das mais variadas sociedades e níveis de desenvolvimento, devido, segundo vários autores, a fatores culturais e sócio-económicos.

Relativamente ao período marcado pelo Salazarismo, além da opressão, ditadura e perseguição, talvez a discriminação aplicada às mulheres, comparativamente com os homens, tenha sido um acontecimento característico deste regime, nomeadamente as opiniões e atitudes do regime perante as mulheres.

Nesse sentido, o governo de Salazar não defendia o trabalho da mulher fora de casa. Segundo a política salazarista relativa ao papel da mulher na sociedade, esta baseava-se numa simples intermediária entre o pai e os filhos e o de cumpridora das tarefas domésticas. Deste medo, torna-se perceptível o facto de que, para a ideologia do Estado Novo, a função de exercer uma profissão e sustentar a família pertencia exclusivamente ao homem, remetendo-se para a mulher apenas o controlo do lar, de forma a proteger as relações familiares.

Durante o Estado Novo, apenas uma pequena percentagem das mulheres se podiam considerar como trabalhadoras ativas, com apenas 17% destas a trabalharem no início do regime, e 22,7% em 1950, ocupando-se, maioritariamente, do setor primário. Apenas a partir dos anos 60, torna-se evidente um número maior de mulheres empregadas, justificado pelo crescimento do setor terciário.

Neste contexto, torna-se claro o longo e lento processo que foi o da emancipação da mulher, numa sociedade que sustentava a sua base num regime conservador e autoritário.

Apesar de ser reconhecida a questão da instrução feminina pela sociedade portuguesa durante a primeira metade do século XX, esta preocupação apenas se limitava em proteger a considerada função tradicional da mulher enquanto educadora e gestora do lar. Nesse sentido, a preocupação da sociedade não se apoquentava com a garantia da emancipação da mulher ou os meios que lhe permitissem escolher e determinar o seu futuro, mas sim em dotá-la de capacidades para o cumprimento da sua “missão”, mãe de família e esposa.

Ainda assim, o governo de Salazar foi incapaz de evitar a mobilidade social das mulheres, em busca de uma igualdade de oportunidades, já que, ao longo dos anos e durante o período do Estado Novo, várias foram as suas conquistas ao nível do ensino e sucesso escolar feminino.

Nos anos 60, a frequência liceal era já maioritariamente feminina, mostrando uma tendência crescente em simultâneo com a feminização no ensino superior, contrariamente à década de 30, marcada pelo facto de o nível de escolaridade feminino ser muito inferior ao masculino.

O aproveitamento escolar era outro dos campos controlados pelas mulheres, uma vez que o número de reprovações era inferior no sexo feminino, existindo mais alunas a terminar o liceu, deixando assim a sua marca no ensino durante uma época notoriamente marcada pela discriminação.

Em suma, durante as épocas alvo de investigação, quer no caso britânico, quer no caso português, ressalva-se o facto de que, ao longo de vários séculos, as mulheres foram vítimas de discriminação e desigualdade de géneros ao nível da educação, por se considerar serem incapazes de assumir tarefas e até mesmo profissões que, na altura, eram consideradas como da inteira responsabilidade dos homens. Porém, apesar de todas as contrariedades a que foram sujeitas, desde cedo mostraram interesse pela Contabilidade, sendo mesmo apontadas como as responsáveis pela escrituração das contas dos seus pais e maridos.

No caso de Portugal, durante o Estado Novo, torna-se claro o domínio dos homens no acesso ao estudo da Contabilidade, sem, porém, se deixar de sublinhar o facto de que,

ao longo dos quarenta anos do regime salazarista, o número de mulheres inscritas em cursos de Contabilidade foi aumentando de década para década, ao contrário do número de homens, mostrando o começo de uma era, nos dias de hoje dominada pelas mulheres.

Contributos do estudo

O facto de, em Portugal, existir um número limitado de estudos e investigações sobre a história da Contabilidade fez com que esse mesmo acontecimento resultasse no principal fator impulsionador da escolha do presente estudo.

Efetuada uma observação mais profunda ao nível das investigações existentes dentro da área da Contabilidade, tornou-se evidente que são escassos os estudos que envolvem as mulheres na história da Contabilidade em Portugal.

Nesse contexto, a investigação efetuada pretende dar a conhecer em que moldes se traçou o acesso das mulheres ao estudo da Contabilidade em Portugal, durante o Estado Novo, uma época histórica, marcada por enormes dificuldades de acesso à educação, às quais a população estava sujeita.

Nesse sentido, com as limitações existentes, a presente investigação pretende contribuir para o desenvolvimento, ainda que escasso, de uma área ainda pouco desenvolvida em Portugal, pelo menos relativamente a demais países, a da história da Contabilidade, uma área tão ou mais essencial na esfera contabilística, visto que sem o conhecimento do passado, da nossa história, torna-se impossível determinar o futuro.

Limitações na investigação

Tal como qualquer outro trabalho que envolva pesquisa e investigação, o presente estudo deparou-se, ao longo das várias fases que o envolveram, com limitações e dificuldades que influenciaram o seu resultado final.

Nesse sentido, dado o tempo limitado, a investigação baseou-se na consulta de revistas científicas, livros, dissertações de mestrado e teses de doutoramento, excluindo a procura de informação em bibliotecas, ou até mesmo a consulta presencial de documentos históricos.

Por fim, o tema escolhido foi, desde o início, uma limitação, dada a escassez de

trabalhos de investigação elaborados no mesmo âmbito, em Portugal. Assim sendo, a busca de informação e material de trabalho tornou-se cada vez mais difícil, chegando mesmo o tema a sofrer algumas alterações, no entanto não se desfazendo do objetivo principal do estudo, o de conhecer por que linhas se guiou o acesso das mulheres ao estudo da Contabilidade, durante o Estado Novo.

Sugestões para futuras investigações

Relativamente a sugestões para futuras investigações ao nível da mesma área temática, seria fundamental conhecer em que moldes se traçou o estudo da Contabilidade pelas mulheres em outras épocas da história, contribuindo, assim, para enriquecer o panorama da investigação na história da Contabilidade, em Portugal.

Outra das sugestões seria a de alargar as ferramentas de pesquisa, nomeadamente através não só de livros, dissertações, teses e revistas científicas, bem como pela utilização de entrevistas, registos de conferências e/ou congressos, consulta presencial em bibliotecas, entre outros.

Por outro lado, propõe-se a realização de pesquisas comparativas com outros países e com outras épocas da história, nacional e internacional, o que significa que a investigação no âmbito da história da Contabilidade seria muito mais vasta e completa, permitindo, assim, a obtenção de estudos mais sustentáveis acerca da história da Contabilidade em Portugal.

Por último, considera-se que o presente estudo serve de base a futuras investigações.

Referências Bibliográficas

- Adamson, J. (1922). *A short history of education*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Anderson-Gough, F. (2009). Education. Em J. Edwards, & S. Walker, *The Routledge companion to accounting history* (pp. 297-316). London: Routledge.
- Antunes, F. (1939). O Instituto Comercial de Lisboa. *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 27, p. 322.
- Barbedo, A. (2014). *As Tendências do Ensino e da Investigação Académica na História da Contabilidade em Portugal*. Porto.
- Barreira, A., & Moreira, M. (2012). *Sinais da História: 3º Ciclo do Ensino Básico, 9º Ano de Escolaridade*. Lisboa: Edições Asa.
- Base de Dados Portugal Contemporâneo (PORDATA) (2015). Acedido em 15 de Setembro de 2015, disponível em <http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+analfabetismo+segundo+os+Censos+total+e+por+sexo-2517>.
- Bento, J. (1987). O Movimento Sindical dos Professores. Em S. Stoer, & H. Araújo, *O Estado Novo-das Origens ao Fim da Autarcia, 1926-1959, Vol. II* (pp. 125-149). Lisboa: Fragmentos.
- Brito, J. (1989). Sobre as Ideias Económicas de Salazar. *Salazar e o Salazarismo* (p. 51). Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Brito, J. (1996). *Dicionário de História do Estado Novo, Vol. I*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Candelas, A., & Simões, E. (1999). Alfabetização e escola em Portugal no século XX: Censos Nacionais e estudos de caso. *Análise Psicológica*, 1 (XVII), pp. 163-194.
- Carnegie, G., & Napier, C. (2012). Accounting's past, present and future: the unifying power of history. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 25 (2), pp. 328-369.
- Carvalho, R. (1986). *História do Ensino em Portugal - desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cooper, C., & Taylor, P. (2000). From Taylorism to Ms Taylor: the transformation of the accounting craft. *Accounting, Organizations and Society*, pp. 555-578.
- Cova, A. (1997). *Maternité et Droits des Femmes en France (XIXe-XXe siècles)*. Paris: Anthropos/Economica.

- Cova, A., & Pinto, A. (1997). O Salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa. *Penélope: Género, Discurso e Guerra*, n. 17, pp. 71-94.
- Edwards, J. (Março de 2011). Accounting education in Britain during the early modern period. *Accounting History Review*, pp. 37-67.
- Ferro, A. (1932). *Salazar, O Homem e a sua Obra*. Empresa Nacional de Publicidade .
- Grassby, R. (1995). *The business community of seventeenth-century England*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Guimarães, J. (Abril de 2006). A Investigação Contabilística em Portugal. *Revista dos Técnicos Oficiais de Contas*, Vol. 73, pp. 22-33.
- Hans, N. (1951). *New trends in education in the eighteenth century*. London: Routledge and Kegan Paul.
- Holmes, G. (1982). *Augustan England: professions, state and society, 1680-1730*. London: Allen and Unwin.
- Horn, R., & Arriagada, A. (1986). *The Educational Attainment of the World's Population: three decades of progress*. Washington, DC: World Bank.
- Hunt, M. (1996). *The Middling Sort: Commerce, Gender and the Family in England 1680–1780* . Berkeley, CA: University of California Press.
- Instituto Nacional de Estatística (2014). Acedido em 16, 17, 20 e 21 de Dezembro de 2014, disponível em <http://inenetw02.ine.pt:8080/biblioteca/search.do>.
- Instituto Nacional de Estatística (2015). Acedido em 23, 25, 29, 31 de Março de 2015, 27 de Abril de 2015 e 3, 4, 6, 8 de Maio de 2015, disponível em <http://inenetw02.ine.pt:8080/biblioteca/search.do>.
- Jornal de Negócios (2015). *Os técnicos oficiais de contas, as empresas e o Fisco*. Acedido em 2 de Novembro de 2014, disponível em http://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/detalhe/os_tecnicos_oficiais_de_contas_as_empresas_e_o_fisco.html.
- Lawson, J., & Silver, H. (1973). *A social history of education in England*. . London: Methuen.
- Lima, A. (1987). Orientação Geral da Educação. Em S. Stoer, & H. Araújo, *O Estado Novo-das Origens ao Fim da Autarcia, 1926-1959, Vol. II* (pp. 125-149). Lisboa: Fragmentos.
- Maltby, J., & Rutterford, J. (Julho de 2006). Editorial: Women, Accounting and Investment. *Accounting, Business & Financial History Vol. 16, n. 2*, pp. 133-142.

- Money, J. (1993). Teaching in the market-place, or 'Caesar adsum jam forte: Pompey aderat': the retailing of knowledge in provincial England during the eighteenth century. Em J. Brewer, & R. Porter, *Consumption and the world of goods* (pp. 335-377). London: Routledge.
- Mónica, F. (1978). *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*. Lisboa: Editorial Presença.
- Neves, P., Pinto, A., & Carvalho, M. (2006). *Cadernos de História B4: Tempos, Espaços e Protagonistas*. Porto: Porto Editora.
- Nóvoa, A. (1992). A Educação Nacional. Em J. Serrão, & A. Marques, *Nova História de Portugal, XII: Portugal e o Estado Novo* (pp. 455-519). Lisboa.
- Nunes, A. (1968a). A população universitária portuguesa: uma análise preliminar. Em A. Nóvoa, *Análise Social* (pp. 295-366).
- Nunes, A. (1968b). *Sociologia e ideologia do desenvolvimento: estudos e ensaios*.
- O'Day, R. (1982). *Education and society 1500-1800: the social foundations of education in early modern Britain*. London: Longman.
- Oliveira, A., Cantanhede, F., Catarino, I., Mendonça, O., & Torrão, P. (2004). *História 9*. Lisboa: Texto Editores.
- Pimentel, I. (2001). *História das Organizações Femininas no Estado Novo*. Lisboa: Temas e Debates.
- Pimentel, I. (2011). *A cada um o seu lugar*. Círculo de Leitores, Temas e Debates.
- Proença, M., & Ramos, G. (1996). *Dicionário de História do Estado Novo, Vol. II*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Quin, M. (1776). *Quin's rudiments of book-keeping*. London.
- Rochefort, F. (1997). Réflexions à propos de l'histoire du féminisme. Em F. Thélamon, & A. Sohn, *L'Histoire sans les femmes est-elle possible?* (pp. 195-203). Rouen.
- Rosemberg, F. (1987). The education of Black women in Brazil. *Third International Interdisciplinary Congress on Women*. Dublin, Ireland.
- Ryan, B., Scapens, R., & Theobald, M. (2002). *Research Method & Methodology in Finance & Accounting*. Londres: Thomson.
- Salazar, A. (1942). O Comércio Português. *Revista de Contabilidade e Comércio, n° 41*.
- Salomon, D. (1991). *Como fazer uma monografia*. São Paulo: Martins Fontes.

- Santos, M. (1981). Perspexivas sobre a situação da mulher no século XVIII. *Revista de História*, 04, pp. 35-48.
- Sarmiento, C. (2007). As Mulheres desafiam o Guião. *Recensão Temática*, pp. 293-297.
- Serrano, G. (2004). *Investigación cualitativa. Retos e interrogantes – I. Métodos*. Madrid: Ed. La Muralla.
- Simões, E. (1998). Análise evolutiva de quotidianos infantis, dinâmicas sociais e processos de mudança em duas gerações diferentes: avós e netos. *Monografia de licenciatura em Psicologia, Instituto Superior de Psicologia Aplicada*. Lisboa.
- Sivard, R. (1985). *Women... A World Survey*. Washington, DC: World Priorities.
- Sousa, J. (1997). O Estado Novo e a Contabilidade: contributo para o estudo do ensino técnico e da profissão de contabilista na década de 30. *Estudos do I.S.C.A.A.-II Série, N° 3 e 4*, pp. 112-170.
- Stromquist, N. (1989). Recent developments in women's education: closer to a better social order? Em R. Gallin, M. Aronoff, & A. Ferguson, *The Women and International Development Annual, Vol. 1*. Westview Press.
- Stromquist, N. (1990). Gender Inequality in Education: Accounting for Women's Subordination. *British Journal of Sociology of Education, Vol. 11, n° 2*, pp. 137-153.
- Tavares, M. (2008). *Feminismos em Portugal (1947-2007)*. Lisboa.
- Tompson, R. (1971). *Classics or charity?* Manchester: Manchester University Press.
- University of Roehampton (2015). *Roehampton University Research Repository*. Acedido em 6 de Setembro de 2015, disponível em: <http://roehampton.openrepository.com/roehampton/handle/10142/47336>.
- Vieira, R., Major, M., & Robalo, R. (2009). Investigação Qualitativa em Contabilidade. Em R. Vieira, & M. Major, *Contabilidade e Controlo de Gestão: Teoria, Metodologia e Prática* (pp. 129-163). Lisboa: Escolar Editora.
- Walker, S. (1998). How to secure your husband's esteem. Accounting and private patriarchy in the British middle class household during the nineteenth century. *Accounting, Organizations and Society* 23, no. 5/6, pp. 485-514.
- Walker, S. (2003). Identifying the woman behind the railed-in desk: the proto-feminisation of bookkeeping in Britain. *Accounting, Auditing and Accountability*, pp. 606-639.
- Wise, T. (1754). *The newest young man's companion, containing...a short and easy method of book-keeping after the Italian manner*. Berwick.